

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O ASSOCIATIVISMO MILITAR
SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Musa Gonçalves Paulino
Maj Inf “Cmd”



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O ASSOCIATIVISMO MILITAR
SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS**

**Musa Gonçalves Paulino
Major de Infantaria**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2010/2011

Lisboa, 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O ASSOCIATIVISMO MILITAR
SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS**

**Musa Gonçalves Paulino
Major de Infantaria**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2010/2011

Orientador: Maj Inf Jorge Manuel Gomes Ribeiro

Lisboa, 2011



Dedicatória

A todos os militares das Forças Armadas, pela dignificação e prestígio da Instituição Castrense.

À minha família, em particular à Cláudia, ao Henrique e à Margarida, pelo tempo que estive ausente.



Agradecimentos

Para que este trabalho de investigação individual fosse uma realidade, beneficiei da colaboração e apoio de inúmeros camaradas e amigos, a quem quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

A todos os entrevistados: General Ramalho Eanes e General Loureiro dos Santos; aos Tenentes-Generais Gonçalves Aranha, Oliveira Cardoso e Luís Figueiredo; ao Vice-Almirante Bonifácio Lopes; aos Coronéis Alpedrinha Pires, Jara Franco e Tasso de Figueiredo; ao Sargento-Chefe Lima Coelho; aos Professores Doutores Bacelar Gouveia e Saudade Baltazar; aos Doutores Alberto Coelho e João Palma; pelo precioso tempo dispensado a responder às minhas inquietações e preocupações, quero expressar o meu reconhecimento. Sem a vossa ajuda não seria possível concluir esta interessante investigação.

Aos Coronéis Alves Gaspar e Tito Mendonça, Adidos Militares em Berlim e Madrid, respectivamente, agradeço toda a colaboração no envio de informação disponível sobre esta temática nos países onde estão representados.

Ao Coronel Guedes da Silva, pela preciosa ajuda na correcção e discussão deste trabalho, o meu obrigado.

Ao meu Director de Curso, Capitão-de-Mar-e-Guerra Maia Martins, pelo auxílio e empenho no agilizar de soluções, imprescindíveis para a prossecução desta investigação, o meu bem-haja.

Ao meu amigo e camarada de armas, Major Garcia Lopes, quero reconhecer a ajuda na elaboração e discussão deste assunto, sempre efectuada com enorme entusiasmo, como lhe é característico.

Em especial, quero agradecer ao meu orientador, Major Jorge Ribeiro, pela camaradagem e amizade, demonstradas através da sua permanente disponibilidade, incentivo, paciência e apoio, na discussão e abordagem dos assuntos analisados.

A todos aqueles que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para este trabalho e não estão aqui referenciados, o meu profundo agradecimento.

Aos camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto 2010/11, por me terem dado o prazer de partilhar tão honroso grupo, o meu muito obrigado.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Os fundamentos do associativismo profissional militar.....	5
a. Antecedentes	5
b. Os instrumentos internacionais	6
c. A Influência europeia	8
d. O caso da Espanha.....	10
e. O caso da Alemanha	12
f. Síntese conclusiva	14
3. O associativismo militar em Portugal	16
a. A instituição militar	16
b. Antecedentes e enquadramento legal	17
c. O poder do associativismo	20
d. As limitações do associativismo socioprofissional	23
e. O sindicalismo e as FA	25
f. Síntese conclusiva	27
4. A defesa dos militares e da instituição	29
a. Os interesses dos militares	29
b. Os valores da instituição	31
c. Interesses vs valores: conflito ou união	33
d. A defesa da profissão militar.....	35
e. A percepção do associativismo militar – visão civil e militar	37
f. A dignificação e prestígio da instituição castrense	38
g. Síntese conclusiva	39
5. Conclusão	42
Bibliografia.....	46

Anexo:

A – Respostas às QD solicitadas a Sua Ex^a General Ramalho Eanes



Apêndices:

- 1 – Corpo de Conceitos
- 2 – Associações e Sindicatos na Europa
- 3 – Profissão Militar
- 4 – Associações Profissionais de Militares em Portugal
- 5 – Conclusões de estudos sobre a temática
- 6 – Restrições legais à prática do APM
- 7 – Quadro Resumo – Interesses Militares vs Valores da Instituição
- 8 – Inquérito de Percepção



Resumo

O associativismo militar, actualmente, é uma inevitabilidade decorrente das alterações nas sociedades e nas próprias Forças Armadas, onde a componente humana tem sido cada vez mais protegida e valorizada, sendo acautelada por organismos e normas internacionais com impacto a nível interno dos países.

Este tipo de representação dos interesses socioprofissionais dos militares, teve a sua origem na Europa, no entanto constata-se que no seio europeu existem vários modelos de associativismo, desde sindicatos até às simples associações socioprofissionais, sendo mais expressivos nos países do Norte e Centro, do que nos países do Sul.

Em Portugal este fenómeno teve a sua aparição tardiamente, à semelhança de outros países do Sul da Europa. No entanto encontra-se numa fase de expansão e de normalização de relações com os seus interlocutores, nomeadamente, chefias militares e poder político. Embora existam sindicatos de militares na Europa, este tipo de organização não é bem-vindo na sociedade portuguesa, pelo perigo que comporta em degradar a hierarquia e a coesão das Forças Armadas, pondo em risco a própria condição militar.

Presentemente quer militares, quer civis, entendem que as associações socioprofissionais são muito importantes na defesa dos interesses dos militares, bem como da própria instituição, sem retirar a responsabilidade e autoridade às chefias militares, que devem pugnar pelos seus subordinados, vincando o dever de tutela. Constata-se a importância e necessidade de existir uma estratégia conjunta, chefias militares - associações, actuando a hierarquia num primeiro plano e as associações de forma supletiva, de modo a salvaguardar as expectativas dos militares.

As Forças Armadas gozam de grande prestígio na sociedade portuguesa, sendo consideradas um pilar estruturante do país, pelo que é essencial que todos os responsáveis, militares e civis, concorram para a dignificação da função militar, reconhecendo e valorizando a profissão militar no quadro das funções do Estado.



Abstract

Nowadays, military associations are an inevitable product of changes in societies and even in Armed Forces, where human component has been more and more protected and valued, being safeguarded by agencies and international standards that have impact on countries' domestic level.

This military socioprofessional interests type of representation, had its origin in Europe, however, it is verified that within Europe there are many different associations, from trade unions till mere socio-professional associations, being more significant in central and northern countries than in the southern ones.

Like other southern European countries, in Portugal this phenomenon appeared later. However, is in phase of expansion and normalization of relations with its actors, namely, military leaders and political power. Although there are military trade unions in Europe, this kind of organization is not welcome in Portuguese society, which entails the danger of degrading the hierarchy and cohesion of Armed Forces, putting at risk its own military condition.

Today, either military or civilian understand that socio-professional associations are very important in protecting the interests of military, as well as the institution itself, without taking the responsibility and authority to the military leaders, who should strive for their subordinates, underlining the duty to protect. We see the importance and need for a joint strategy, military leadership – associations, first, acting the hierarchy and then the associations, in a supplementary way, to safeguard military expectations.

Armed Forces have great prestige in portuguese society, being considered as a country structural pillar, so, it is essential that all responsible, military and civilian, work together to the dignity of military role, recognising and valuing military career, within the framework of functions of the State.



Palavras-Chave

Associativismo

Condição Militar

Direitos

Forças Armadas

Instituição Militar

Portugal

Profissão

Socioprofissional



Lista de Abreviaturas e Acrónimos

A

AMARTE	<i>Asociación de Militares en Activo y Reserva/Retirados de los Tres Ejércitos y Cuerpos Comunes</i>
ANCE	Associação Nacional de Contratados do Exército
ANS	Associação Nacional de Sargentos
AOFA	Associação de Oficiais das Forças Armadas
AP	Associação de Praças
APM	Associações Profissionais de Militares
AR	Assembleia da República
ASJP	Associação Sindical dos Juízes Portugueses
ASMIR	Associação de Militares na Reserva e na Reforma
AUME	<i>Asociación Unificada de Militares Españoles</i>

B

BGECM	Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar
-------	--

C

CASE	Conselho das Armas e Serviços do Exército
CE	Conselho da Europa
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEM	Chefe de Estado-Maior
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CMN	Clube Militar Naval
COMIL	Comissão de Militares
CPFA	Conselho de Pessoal das Forças Armadas
CR	Conselho da Revolução
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional



D

DBwV	<i>Deutscher BundeswehrVerband e.V.</i>
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
DGPRM	Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DL	Decreto-Lei

E

EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EUROMIL	<i>European Organisation of Military Associations</i>

F

FA	Forças Armadas
FAP	Força Aérea Portuguesa

G

GC	Governo Constitucional
GNR	Guarda Nacional Republicana
GT	Grupo de Trabalho

H

H	Hipótese
---	----------

I

IM	Instituição Militar
----	---------------------

J

JSN	Junta de Salvação Nacional
-----	----------------------------

L

LBECM	Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar
LDN	Lei de Defesa Nacional
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LO	Lei Orgânica
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas



M

MDN Ministério da Defesa Nacional

MP Ministério Público

N

NU Nações Unidas

O

OI Organização Internacional

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONG Organização Não Governamental

OSCE Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PE Parlamento Europeu

PIDCP Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

PIDESC Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais

PR Presidente da República

PSP Polícia de Segurança Pública

Q

QC Questão Central

QD Questão Derivada

QP Quadro Permanente

R

RDM Regulamento de Disciplina Militar

S

SEN Serviço Efectivo Normal

SMMP Sindicato dos Magistrados do Ministério Público



U

UEO União da Europa Ocidental

V

VBB *Verband der Beamten der Bundeswehr e. V.*

Ver.di *Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft e. V.*



1. Introdução

O fenómeno dos movimentos sociais, ligado à defesa dos interesses socioprofissionais, teve origem na Europa nos finais do século XVIII, conectado à revolução industrial. Mas foi no século XIX, em Inglaterra, que a sua expressão foi potenciada devido à grande industrialização do país, alterando a sociedade, nomeadamente no relacionamento entre empregados e empregadores.

Foi também na Europa, no final do século XIX, especialmente nos países do Norte, como a Noruega, Holanda e Suécia, que começaram a aparecer as primeiras associações de militares de cariz socioprofissional, modificando o comportamento dos militares na sociedade.

Portugal, à semelhança de outros países, também foi influenciado por estes movimentos, o que provocou alterações no relacionamento entre a sociedade civil e a Instituição Militar (IM).

Em 1949, juntamente com outros onze Estados, Portugal foi membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), passando a integrar uma grande aliança de cariz essencialmente militar. Em 1974, dá-se o 25 de Abril e, consequentemente, o fim do Estado Novo, o que leva a grandes alterações na sociedade portuguesa.

Desde então, e até hoje, grandes mudanças tiveram lugar, e as Forças Armadas (FA) que, inicialmente, estavam dependentes do Presidente da República (PR) e do Conselho da Revolução (CR)¹, só em 1982, com a revisão da Constituição da República Portuguesa (CRP) e subsequente publicação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), passam a integrar-se na administração directa do Estado através do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

As FA portuguesas são hoje uma organização moderna, integrada na sociedade e a fazer parte de diversas alianças e coligações, executando missões conjuntas e combinadas, onde a troca de experiências com militares de outras nações é uma constante, sujeita a todo o tipo de influência e comparação, pelo que não quer, não pode nem deve ficar de fora da performance das suas parceiras.

A sociedade sofreu alterações e consequentemente as suas FA, sendo de destacar as seguintes: mudança do sistema de recrutamento, assinalado pelo fim da conscrição para um do tipo voluntário, acentuando o carácter de «profissão» dado à «função militar»; o

¹ Instituído a 14 de Março de 1975, substituindo a Junta de Salvação Nacional (JSN) e o Conselho de Estado.



paradigma existente entre o modelo institucional e o modelo ocupacional, com incremento deste último, levando a uma convergência entre o militar e o civil; a configuração deontológica da condição militar, com todas as suas especificidades; as alterações e imposições que as normas de direito internacional impõem aos Estados. Estes são alguns dos temas que contribuem para uma reflexão cuidada e atenta da IM.

Sendo hoje o associativismo militar uma realidade, embora relativamente recente em Portugal, já possui algum legado histórico em diversos países, em especial na Europa, onde existe uma organização onde estão representadas várias associações a nível europeu, a *European Organisation of Military Associations* (EUROMIL). Esta constatação leva-nos a poder afirmar que mais que uma inevitabilidade, o associativismo militar é um assunto incontornável da actualidade.

Pretendemos com este estudo ajudar na compreensão do fenómeno acima descrito, de forma a identificar as potencialidades e limitações das Associações Profissionais de Militares (APM) e de como elas podem contribuir, em simultâneo, para a defesa dos interesses dos militares e para a dignificação e prestígio das FA em Portugal.

Para isso delimitamos o tema ao associativismo profissional militar vigente nas FA, referindo de uma forma geral alguns países europeus e especificando as realidades da Alemanha e da Espanha, para de seguida nos focarmos no caso português, estudando as relações entre a IM, as APM e a sociedade, de forma a identificar pontos de convergência a explorar e reconhecer eventuais zonas de conflito a dirimir, apoiados por um corpo de conceitos apresentados em apêndice (Apêndice 1 – Corpo de Conceitos).

Como metodologia para a execução deste trabalho, foi seguido o método dedutivo, através de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em análise, centrado em autores de referência em assuntos do foro militar, bem como em toda a legislação, nacional e internacional, que enquadra o assunto em questão. Foram também efectuadas entrevistas a diversas personalidades, com experiência e actividades no meio académico, militar, associativo e de reconhecido mérito na sociedade portuguesa. Para complementar foi elaborado um questionário a militares e civis, para apurar a percepção desta actividade em Portugal.

Assim, perante esta problemática, foi definida a seguinte questão central (QC): de que forma pode o associativismo militar contribuir em simultâneo para a defesa dos interesses dos militares e das FA?



Para responder à QC definida foram elaboradas as seguintes questões derivadas (QD):

- QD1: Quais os fundamentos dos actuais modelos de associativismo militar na Europa?
- QD2: Quais as potencialidades e as limitações do modelo de associativismo militar existente em Portugal?
- QD3: Poderá o associativismo militar em Portugal ser potenciado na consecução dos propósitos dos militares e da instituição a que pertencem?

Face às QD identificadas, apresentam-se as seguintes hipóteses (H):

- H1: Os actuais modelos de associativismo militar são uma consequência das alterações ocorridas nas sociedades a nível global, onde a componente humana tem sido valorizada em detrimento da organizacional, incorporando na ordem interna normas e recomendações internacionais, que visam aproximar os direitos dos militares aos dos cidadãos comuns.
- H2.1: Ser militar comporta especificidades que o diferenciam de qualquer outra profissão de âmbito civil, impondo acrescidos deveres morais e legais que o limitam de uma plena actividade associativa.
- H2.2: A existência de APM que reúnam membros de todas as categorias, pode aumentar o poder de intervenção e de aceitação do associativismo militar, criando uma ideia de coesão, centrada na condição militar, dando expressão a uma vontade una.
- H3: A força do associativismo reside na condição militar, característica que diferencia o meio castrense da sociedade civil, pelo que é inevitável e imperativo que as APM defendam em simultâneo os militares e a instituição.

O presente trabalho foi organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, que dá corpo ao primeiro Capítulo, segue-se o segundo Capítulo, que aborda as causas e os instrumentos, que conduzem e suportam o associativismo militar a nível internacional, destacando-se a Espanha e a Alemanha, que constituem dois estudos de caso para este trabalho. No terceiro Capítulo, analisa-se o APM em Portugal, desde o seu surgimento até à actualidade, focando as suas características, bem como as da IM e o seu relacionamento com o poder político e a sociedade civil. No quarto Capítulo é focado os pontos de convergência e conflito entre a IM e as APM, e de como pode ser potenciado o associativismo, na consecução dos propósitos dos militares e da instituição, apoiados pela análise de um questionário de percepção e tendo como farol a dignificação e prestígio das



FA. Por fim, no quinto Capítulo, são apresentadas as conclusões e elaboradas algumas propostas, de forma a contribuir para um conhecimento mais profundo das APM e agilizar a prática associativa no seio da comunidade castrense, dando resposta às questões levantadas neste estudo e apontando linhas para futuras investigações.



2. Os fundamentos do associativismo profissional militar

a. Antecedentes

Os movimentos sociais, representativos de classes, surgiram na Europa nos finais do século XVIII, devido essencialmente às convulsões que marcaram este período, em particular a revolução industrial. Mas foi no século XIX, em Inglaterra, com as duras condições de trabalho impostas pelo capitalismo que “*fizeram emergir o operário como classe*”, o chamado «movimento operário» (Estanque, 2008: 184).

Estes movimentos sociais de classe, através das suas acções reivindicativas, visavam melhorias salariais e de condições de trabalho, sendo indissociáveis dos objectivos políticos de longo prazo. Acresce a estes factores a solidariedade internacionalista e a influência da doutrina marxista, que, propunha-se “*guiar os trabalhadores e a humanidade para a sociedade liberta de injustiças: o socialismo*”, dando ênfase à ideia do “*sindicalismo como movimento social*” (Estanque, 2008: 184).

As condições precárias de trabalho nalguns sectores fizeram aumentar o processo de desilusão social, conduzindo a uma maior participação cívica, associativa e política. Além das motivações referidas, existe um factor identitário muito forte que passa pela “*construção de representações simbólicas, muitas vezes apoiadas na promessa de recuperação do sentido comunitário, que os processos sociais destruíram ou ameaçaram devido à acção predadora do mercado e do Estado*” (Estanque, 2008: 186). Estanque, ao referir o factor identitário, dá o exemplo português ocorrido com o 25 de Abril de 1974 e explica que não foi a exclusividade das causas políticas e económicas que deram andamento ao levantamento popular, mas essencialmente os factores culturais e identitários a que aspirava uma comunidade solidária e justa, independentemente da classe profissional ou social, apelando a identificações estruturadas contra um adversário comum, concluindo que a identidade precede os interesses nos grandes movimentos sociais (2008: 186).

Helena André refere o caso europeu, em que os ganhos ao nível das responsabilidades sociais, a existência de um sistema público mais universal e a presença de menos desigualdades do que noutras partes do mundo, estão intimamente ligados à invenção dos sindicatos no velho continente. E adianta que estes cresceram a par do processo de integração europeia (2008: 192).

Não existe dúvida que a revolução industrial, incrementada na segunda metade do século XIX, provocou o aparecimento de ondas de protestos por parte de grupos de



operários, para fazer face à grave crise social provocada pelas precárias condições de trabalho (Correia, 2008: 201).

Podemos considerar que a Europa foi o centro nevrálgico do fenómeno que deu origem à defesa dos interesses socioprofissionais, influenciando outros países e culturas nas suas relações laborais.

É importante referir que embora existam grandes semelhanças entre «associativismo profissional» e «sindicalismo», subsistem diferenças que os tornam únicos na sua concepção: o «sindicalismo» incorpora na sua génese a chamada «luta de classes», manipula os seus filiados com fins políticos, recorre à greve, procura unicamente o benefício dos seus sócios; o «associativismo profissional», como é caracterizado neste trabalho, não é um sindicato, é contra a greve, fomenta a disciplina e coesão e, além de procurar melhorias socioprofissionais, preocupa-se com a dignificação e prestígio da instituição a que pertence (Aranha, 1990: B-3).

O «associativismo militar» na Europa, teve origem nos países do Norte, como a Noruega, a Holanda e a Suécia, que viram nascer as suas representações socioprofissionais no final do século XIX, inícios do século XX.

Com o final da segunda Guerra Mundial em 1945, houve grandes alterações nas estruturas militares a nível mundial. Uma dessas alterações foi o incremento do relacionamento das FA com a sociedade civil, através da representação de militares por intermédio de sindicatos e associações, embora esta situação não fosse estranha no contexto europeu, a sua actividade foi incrementada no Pós-Guerra.

Desde então até aos nossos dias, as transformações no seio das FA têm sido várias, fruto da evolução do panorama a nível mundial, originando novos desafios e dificuldades, o que levou ao aparecimento de diversas organizações fora da estrutura militar, com a finalidade de defender os interesses dos militares ao nível socioprofissional.

b. Os instrumentos internacionais

A nível internacional existem organismos e normas que reconhecem aos membros das FA direitos iguais aos demais cidadãos, com uma influência a nível global e regional, que não podem ser ignorados pelos diversos países.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), constituída em 1919 e refundada após a segunda Guerra Mundial, adoptou em 1944 a Declaração de Filadélfia que passou a constituir a Carta dos Princípios da OIT. Daqui se destaca o princípio da «liberdade de



associação e de negociação colectiva», suportados pelas seguintes Convenções: Convenção nº87, sobre liberdade sindical (1948), onde refere no seu artigo 2º *“Trabalhadores e empregados, sem distinção de qualquer espécie, terão o direito de constituir, sem prévia autorização, organizações de sua própria escolha e, sob a única condição de observar os seus estatutos, a elas se filiarem”*; Convenção nº98, sobre o direito de organização e de negociação colectiva (1949), onde ressalva no seu artigo 5º que a aplicação destas medidas fica sujeita à definição de legislação nacional no que toca às FA e polícias. A ressalva que é feita na Convenção nº98 às FA e polícia, é reforçada em 1978 com a Convenção n.º 151, relativa à Protecção do Direito de Organização e aos Processos de Fixação das Condições de Trabalho da Função Pública, referindo exactamente o mesmo no nº3 do artigo 1º

PARTE I.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) adoptada em 1948, afirma no nº1 do artigo 20º que *“toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas”* e no artigo 24º que *“toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses”*, ressaltando no nº2 do artigo 29º que podem existir limitações legais quando estão em causa os direitos e liberdades dos outros com a finalidade de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

O Conselho da Europa (CE) fundado em 1949, adoptou em 1950 a Convenção para a protecção dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, onde refere no nº1 do artigo 11º que *“qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses”*, no entanto à semelhança das Convenções nº 98 e 151 da OIT e do artigo 29º da DUDH, o nº2 do presente artigo menciona também a possibilidade de restrições e limitações ao exercício desses direitos aos membros das FA, da polícia ou da administração do Estado.

À luz dos pactos internacionais de direitos humanos temos o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) (PIDESC) que referem, respectivamente, nos seus artigos 21º e 22º e no seu artigo 8º, o direito à reunião e à associação em organizações tipo sindical, ressaltando a possível restrição aos membros das FA e polícia quando estiverem em causa valores mais altos.



Em 1984 o Parlamento Europeu (PE) aprovou uma resolução apelando para “*todos os Estados membros da Comunidade Europeia no sentido de concederem aos seus militares o direito de, em tempo de paz, criar, aderir e activamente participar em associações profissionais com o fim de defenderem os seus direitos sociais*” e em 1988 a Assembleia Parlamentar do CE aprovou uma resolução no mesmo sentido (Carrilho, 1994: 161).

Em 2006 a Assembleia Parlamentar do CE, aprovou a Recomendação n.º 1742/2006, de 11 de Abril, sobre os Direitos Humanos dos Membros das FA, onde considera que “*os membros das forças armadas são cidadãos em uniforme que devem usufruir das mesmas liberdades fundamentais, incluindo as estabelecidas na Convenção Europeia de Direitos Humanos e na Carta Social Europeia e terem a mesma protecção dos seus direitos e dignidade que têm quaisquer outros cidadãos, dentro dos limites impostos pelas exigências específicas dos deveres militares*”, alertando os Estados-membros para utilizarem as ferramentas disponíveis, para efectivar o cumprimento das convenções e recomendações internacionais e, integrá-las no Direito Interno de cada Estado, adaptando a legislação sobre os militares aos preceitos universais.

Constata-se que a nível mundial, e em especial na Europa, existe uma crescente preocupação com a atribuição de direitos aos militares, de forma a aproximá-los, tanto quanto possível, dos restantes cidadãos, mas reconhecendo que a especificidade da função pode impor alguns limites à sua plenitude, cabendo a cada Estado a responsabilidade de efectuar tais equilíbrios, em respeito pelas leis e normas internacionais.

c. A Influência europeia

Ao nível das representações socioprofissionais de militares, a Europa apresenta-se, como sempre, em formas variadas, que vão desde as simples associações com intervenções muito limitadas, até aos sindicatos de militares com direito à greve, sendo de realçar a sua predominância histórica nos países do Norte.

De acordo com Mira Vaz “*no mundo euroatlântico, o associativismo militar está legalmente estabelecido na maior parte dos países e encontra-se em franca expansão nos restantes*” (2002: 210). A título meramente exemplificativo vamos referir alguns países da Europa: a Holanda teve a primeira associação em 1897, as associações têm representação desde as unidades até ao nível ministerial, os militares têm direito à greve, mas os seus direitos estão restringidos por regulamentos militares; recentemente foram apresentadas



propostas para que seja discutido o factor «direito à greve» no sentido de eventualmente o fazer cair (Coelho, 2011); a Noruega tem o mais antigo sindicato militar, criado em 1835, o Estado não reconhece diferenças entre militares e funcionários civis, no entanto restringe-lhe o direito à greve (Vaz, 2002: 213); a Suécia, desde 1907, tem associações com capacidade de actividades sindicais, tem sindicatos de militares com direito à greve e estão ligados aos sindicatos da função pública (Coelho, 2011); nos países do Sul, como a Espanha, a França, a Grécia e a Itália, o associativismo militar apresenta enormes reservas e limitações, tendo sido autorizada a constituição de APM, apenas, no final dos anos noventa, início de 2000, e, para militares na reserva e reforma na maioria destes países² (Apêndice 2 - Associações e Sindicatos na Europa).

Não há dúvida que o associativismo militar tem uma grande expressão ao nível europeu, com uma maior incidência nos países do Norte e com uma expressão mais tímida nos países do Sul. Tal facto poderia ser associado aos países do Sul terem vivido períodos de regimes ditatoriais, apoiados pelas FA, garantindo um prestígio e dignidade aos militares, essencial à manutenção do regime. Esta hipótese, por não fazer parte do objecto deste estudo não irá ser explorada.

Desde 1973 existe uma organização não-governamental (ONG) com o objectivo de representar os interesses sociais e profissionais dos militares a nível europeu, a EUROMIL. Esta organização foi fundada por cinco países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Itália), actualmente conta com trinta e nove associações nacionais de vinte e seis países, incluindo Portugal, e representa mais de 500 mil militares. A EUROMIL defende o princípio do «cidadão em uniforme», e colabora na protecção e promoção dos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos interesses socioprofissionais dos militares, orientando e defendendo negociações multinacionais ao nível europeu. Esta organização tem estatuto de participação e consulta junto do CE e é reconhecida como entidade de «lobby» junto do PE, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), nas Assembleias Parlamentares da OTAN e da União da Europa Ocidental (UEO).

Não podemos dissociar o facto de Portugal ter integrado a Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 e, como tal, ter começado a partilhar, de uma forma mais vinculada, os valores defendidos pelos seus parceiros comunitários.

² Dos países referenciados, como do Sul da Europa, apenas a Espanha autoriza a integração de militares do activo nas APM.



d. O caso da Espanha

As organizações representativas de militares em Espanha apareceram em 1975, mas de uma forma clandestina, elas estavam associadas aos movimentos de esquerda, sendo os «Comités de Soldados» as pioneiras neste tipo de reivindicação, transformadas em «União de Soldados Democráticos» em 1976, e coordenadas a nível estatal pela «Federação da União de Soldados e Marinheiros» (Aranha, 1990: A-8).

«Las Reales Ordenanzas para las Fuerzas Armadas» aprovadas pela Lei 85/1978, de 28 de Dezembro, proibia os militares de se filiarem em qualquer organização política ou sindical, excepto os militares da reserva.

Nos anos seguintes surgiram outras organizações de soldados, todas com o objectivo de criar e legalizar um sindicato de soldados. A legislação a proibir o sindicalismo militar e a inexistência de apoio político e militar levou ao enfraquecimento deste fenómeno, pelo menos formalmente. Mas em 1988 foi criada a «Asociación de Militares en Activo y Reserva/Retirados de los Tres Ejércitos y Cuerpos Comunes» (AMARTE)³, sendo uma associação de militares na reserva e reforma com forte pendor regionalista e com uma implantação muito centrada em Sevilha (Coelho, 2011).

Em 1998 o Estatuto do Militar e o processo de profissionalização das FA tinham como objectivo, além de outros, “*institucionalizar um sistema de reclamações no interior da cadeia hierárquica e criar «Conselhos de Assessoria de Pessoal», com a participação de todas as categorias e postos*” estando em cima da mesa a hipótese de se criar associações de carácter não reivindicativo (Vaz, 2002: 214).

Em 1999 com a Lei do Regime do Pessoal das FA⁴, foi perspectivada a elaboração de uma nova Lei para regular os Direitos e Deveres dos militares das FA, fixando a data limite de 31 de Dezembro de 2002 para a sua apresentação no congresso de deputados, tendo sido adiada (Moya, 2010). Esta lei continuava a proibir a filiação e colaboração de militares em organizações políticas e sindicais, no entanto criou conselhos consultivos nacionais em todos os Ramos das FA, inclusive para alguns quadros especiais (médicos e juristas, entre outros), com a competência para se pronunciarem sobre assuntos de natureza estatutária (Pimentel, 2008: 199).

³ A AMARTE conta com 1.154 sócios e é membro da EUROMIL desde 1998.

⁴ Lei 17/1999, de 18 de Maio.



Em 2002 é aprovada a Lei Orgânica⁵, que regulava o direito de associação com fins profissionais, embora não sendo uma lei específica para as FA, vai permitir aos militares constituir e fazer parte de associações, revogando a Lei 85/1978 que o proibia.

Em 2005 foi criada a «Asociación Unificada de Militares Españoles» (AUME)⁶, representando militares em todas as situações, maioritariamente no activo e com uma implantação a nível nacional, tendo como finalidade a satisfação dos interesses sociais, económicos e profissionais dos seus associados e a realização de actividades sociais que favoreçam a eficácia no desempenho da profissão e da deontologia profissional dos seus membros⁷.

Também em 2005 é publicada a Lei Orgânica da Defesa Nacional⁸, onde novamente vem referido a necessidade de apresentação de uma lei sobre os direitos fundamentais dos militares, dando indicações claras ao Governo para que num prazo máximo de três meses apresentasse um projecto que incluiria a criação de um «Observatório» para a vida militar. O prazo expirou e nada foi apresentado até à publicação da Lei da Carreira Militar⁹, em 2007, onde mais uma vez é reiterada a necessidade de regulação dos direitos e deveres dos militares (Moya, 2010).

Actualmente existe um Projecto de Lei Orgânica¹⁰ sobre direitos e deveres dos membros das FA, onde vem vertido o «direito a associação», a criação de um «Conselho de Pessoal das FA» e de um «Observatório» sobre a vida militar. Se a Lei for aprovada, ficam legalizadas as associações profissionais integradas por membros das FA, com a finalidade de defender e promover os interesses profissionais, económicos e sociais. As associações que tenham representatividade considerável participam no Conselho de Pessoal das FA (CPFA) e podem contribuir com relatórios e estudos, no processo de elaboração de projectos normativos que afectem o regime de pessoal. Através do CPFA ficam formalizadas as relações entre o Ministério da Defesa e as associações de profissionais das FA. Pretende-se com esta Lei que as associações funcionem como um complemento à cadeia de comando, apresentando iniciativas e queixas do foro exclusivo da instituição militar.

⁵ Lei Orgânica 1/2002, de 22 de Março, reguladora do direito de associação.

⁶ A AUME conta com 2.290 sócios e é membro da EUROMIL desde 2006.

⁷ EUROMIL [em linha]. [referência de 18 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.euromil.org/>>.

⁸ Lei 5/2005, de 17 de Novembro.

⁹ Lei 39/2007, de 19 de Novembro.

¹⁰ Projecto de Lei Orgânica de Direitos e Deveres dos membros das FA, apresentado em 23 de Julho de 2010 ao Congresso de Deputados. Estava previsto entrar em vigor a 01 de Abril de 2011.



A criação de um «Observatório» da vida militar é vista como um órgão colegial de assessoria e de consulta, com competências para analisar questões que incidam sobre o exercício de direitos fundamentais e liberdades públicas dos membros das FA, além de actuar e auxiliar na melhoria do controlo da condição militar. Os membros que farão parte do «Observatório», além de serem personalidades de reconhecido prestígio no âmbito da defesa dos direitos humanos, são nomeados pelo Congresso de Deputados.

A presente proposta de Lei proíbe qualquer actividade sindical (Artigo 7º - Neutralidade Política e Sindical), bem como o direito a petição colectiva (Artigo 15º - Direito de Petição), podendo só usufruir desse direito de modo individual.

Em resumo, este Projecto de Lei confere às associações o direito de realizar propostas e solicitações relacionadas com a defesa dos interesses profissionais, económicos e sociais dos militares; o CPFA vai ser o órgão onde as associações poderão participar e será presidido pelo Subsecretário da Defesa; para se aceder ao Conselho, as associações necessitam que os seus sócios representem, no mínimo, 1% do total do pessoal das FA; devem ser respeitados os princípios da neutralidade política e sindical, não podendo interferir nas decisões de política de segurança e defesa; as associações não podem receber donativos privados, financiando-se através das quotas dos seus sócios (Paloma, 2010).

e. O caso da Alemanha¹¹

A fim de evitar os sindicatos, as FA Alemãs criaram uma organização original, *“que defende os direitos dos seus associados, mantendo incólumes as virtudes e características das FA”* (Aranha, 1990: B-1).

Na Alemanha existem actualmente três organizações com a finalidade e capacidade de representar os interesses socioprofissionais de militares¹² e civis com ligações às FA: a «Deutscher Bundeswehrverband e. V.» (DBwV), associação das FA alemãs, criada em 1956; a «Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft e. V.» (Ver.di), sindicato unido de serviços, criado em 2001; e a «Verband der Beamten der Bundeswehr e. V.» (VBB), associação dos funcionários públicos das FA alemãs, criado em 1960.

¹¹ Dados fornecidos pelo Adido Militar em Berlim, Coronel Alves Gaspar, em 15 de Fevereiro de 2011.

¹² Na Alemanha todos os cidadãos podem filiar-se em sindicatos ou associações para defesa dos seus interesses socioprofissionais, e os militares não são excepção. Além da DBwV, podem também filiar-se na União de Sindicatos do Serviço Público, Transportes e Tráfego e recorrer ao Provedor do Parlamento Federal no que toca a questões relacionadas com a protecção dos direitos básicos e com a observância dos princípios da educação cívica e das regras da chefia (Vaz, 2002: 211).



A DBwV conta actualmente com 206.000 membros, englobando militares no activo, na reserva e reforma, de todas as categorias e postos¹³, bem como funcionários civis, também no activo e na reforma, pertencentes às FA. Podem também pertencer a esta associação todos os familiares dos militares e civis das FA alemãs. Esta associação representa os ideais, bem como os interesses sociais e profissionais de todos os seus membros, de uma forma unitária. Participa em todos os processos que visam a preparação e geração de diplomas e regulamentos legais que digam respeito a direitos de militares, cooperando com o Governo Federal, o Parlamento e todas as representações de pessoal e chefias de serviço. Tem um carácter independente das representações militares, políticas e partidárias, financiando-se apenas através das contribuições dos seus associados. Assume ainda as competências dos sindicatos, de acordo com as leis em vigor, para representação dos seus membros, em matérias laborais, tais como tarefas de serviço e acordos salariais, reunindo-se com as chefias militares e comissões directamente responsáveis pelo pessoal.

O Ver.di tem actualmente 2,3 milhões de sócios, desconhecendo-se o número de membros militares, presumindo-se que seja baixo. Este sindicato representa e apoia os interesses económicos, ecológicos, sociais, profissionais e culturais dos seus sócios, dentro e fora do país. A sua intervenção incide sobre a igualdade de homens e mulheres, em cooperação com outros sindicatos. Articula-se também com associações e sindicatos internacionais, na protecção dos direitos humanos, no respeito pela dignidade humana, a favor de uma convivência pacífica, bem como na defesa do meio ambiente e em prol de uma ordem mundial, socialmente mais justa, com igualdade de oportunidades e baseada na autodeterminação dos povos.

A VBB é a maior associação de funcionários públicos com representação nas FA, desconhece-se actualmente o número de membros, estimando-se que a percentagem de militares seja baixa, no entanto representa cerca de 85% dos civis. Assenta na defesa de uma política profissional, apoiando o funcionalismo público.

As três representações acima referidas apoiam fortemente os princípios da educação cívica sobre o lema do «cidadão em uniforme». Todas as actividades que elas desenvolvem têm como finalidade o respeito pelos direitos fundamentais dos membros das FA alemãs e dos seus familiares, repudiando qualquer diferenciação de raça, origem, sexo ou quaisquer outros motivos proibidos por lei. Não é permitido o direito à greve quer para militares, quer para funcionários públicos pertencentes às FA.

¹³ Desde Oficiais Gerais a Soldados.



As actuais reformas nas FA alemãs, associadas à redução de pessoal e ao agravamento da situação social e profissional, constituem ingredientes que potenciam a obtenção de novos membros. Actualmente as expectativas na DBwV são elevadas, e os seus membros estão confiantes que esta consiga travar, ou atenuar, algumas reformas em curso.

Das três representações socioprofissionais, aquela que goza de maior credibilidade na opinião pública é a DBwV, constituindo um interlocutor respeitado ao nível político e das FA, onde a sua opinião é ouvida com credibilidade.

Verifica-se, assim, que os militares na Alemanha podem pertencer a três grandes organizações para representação dos seus interesses socioprofissionais, no entanto só existe uma APM que engloba todas as categorias, assegurando a coesão dentro das FA e possuindo uma enorme força junto das autoridades competentes, contribuindo para a dignificação e prestígio da IM.

f. Síntese conclusiva

O associativismo de cariz profissional e o sindicalismo, em termos gerais, têm raízes históricas semelhantes, ambos defendem e representam os interesses socioprofissionais de um grupo, diferenciando-se o sindicalismo por adoptar uma estratégia de luta de classes, potenciadora do conflito institucional.

Ao nível internacional existem diversos organismos e normas (OIT, DUDH, PIDCP, PIDESC, CE, PE, entre outros) de reconhecido valor pela maioria dos Estados, que reconhecem aos militares iguais direitos aos demais cidadãos, ressalvando sempre que tais direitos podem ser restringidos, quando os Estados entenderem que estão em causa valores considerados fundamentais para o equilíbrio da sociedade. De salientar que foi na Europa, em especial nos países do Norte, que apareceram as primeiras representações militares de cariz socioprofissional, fenómeno este só implantado nos países do Sul no final do século passado.

Em Espanha, o associativismo militar só foi autorizado em 2002, não por uma lei específica para os militares, mas a reboque de uma Lei Orgânica para todos os funcionários públicos, onde é permitido aos militares de todas as categorias formarem e integrarem APM. Actualmente está em discussão na Assembleia dos Deputados um Projecto de Lei Orgânica sobre direitos e deveres dos militares, que sugere, entre outras medidas, a criação de um CPFA, onde as APM participam, e um Observatório da vida militar, para fiscalizar e



avaliar questões que incidam sobre o exercício dos direitos fundamentais e o controlo da condição militar.

Na Alemanha, existe uma única APM, a DBwV, que integra militares de todas as categorias e nas várias formas de prestação de serviços, bem como os familiares dos militares e funcionários civis que prestam ou prestaram serviço nas FA. Esta APM goza de grande credibilidade junto da opinião pública e do poder político.

Verifica-se, assim, que existem vários modelos de APM na Europa e que o associativismo militar é uma inevitabilidade decorrente das alterações ocorridas nas sociedades, onde a componente humana tem sido cada vez mais protegida e valorizada, sendo acautelada por organismos e normas internacionais com impacto a nível interno dos países, validando a H1 e dando resposta à QD1.



3. O associativismo militar em Portugal

a. A instituição militar

Existe uma distinção vincada entre «militar» e «civil» que, de acordo com a organização ou instituição a que se pertence, traduz-se na forma como os militares assumem as suas obrigações, responsabilidades, culto de valores, exercício de direitos, cumprimento de deveres, entre outros, dando corpo aos conceitos de «sociedade militar» e «sociedade civil». Para compreendermos a essência do «ser militar», é importante saber que a *“instituição militar, embora parte integrante do tecido social, ocupa uma particular posição no seio da sociedade civil, pela especificidade quer da sua missão quer da forma de actuação – o que pressupõe uma conduta específica e que se designa por condição militar”* (Baltazar, 2005: 71).

A «condição militar» está legalmente configurada numa série de diplomas regulamentares, dos quais se destacam: a Constituição da República Portuguesa (CRP), a Lei de Defesa Nacional (LDN) e as Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (BGECM), a conhecida Lei nº 11/89 com mais de vinte anos, que estabelece as bases gerais a que obedece o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres dos militares, definindo os princípios orientadores das respectivas carreiras, caracterizando a condição militar no seu artigo 2º.

Efectivamente a «condição militar» é um compromisso com o país, onde o militar dá o que de mais valioso tem para alcançar um bem maior, mas a nação tem o dever de o apoiar, consagrando-lhe especiais direitos, compensações e regalias, como aliás está discriminado em diversos diplomas legais.

A instituição castrense, incumbida de assegurar a defesa militar da República, à semelhança de outras organizações, sofreu as alterações provocadas no mundo em geral e na sociedade portuguesa em particular. As suas FA passaram a ter um carácter expedicionário, baseado em forças modulares e flexíveis, consubstanciadas nas diversas missões internacionais, desde as características missões de apoio à paz, missões de cooperação técnico-militar e todas as missões de interesse público. Em 1988 as primeiras mulheres deram entrada na IM, integrando todos os Ramos das FA em 1992. O fim do serviço militar baseado na conscrição alterou-se para um modelo de voluntariado e de contrato, efectivado em 2004, dando um incremento ao processo de profissionalização (Apêndice 3 – Profissão Militar), e incorporando na vida militar padrões de exercício de direitos e comportamentos típicos da sociedade civil. E por fim o factor tecnológico,



fenómeno intimamente ligado à expressão «Revolução nos Assuntos Militares» (RAM) que veio dar um forte incremento às transformações sofridas pela organização (Vaz, 2002: 353).

Todas estas alterações são o resultado de uma evolução natural da sociedade *“transferindo o centro de gravidade sociopolítico e cultural da cidade para o indivíduo...Neste novo contexto, em que o Sujeito e os seus direitos democráticos tendem a supremaciar os antigos deveres para com a Cidade, a Condição Militar subsistirá, mas com novo e diferente entendimento e com novas respostas”* (Eanes, 2011). Esta afirmação vem reforçar a tendencial convergência entre militares e civis.

Actualmente as FA portuguesas estão subordinadas ao poder político, assim consagra a CRP no seu Artº 275º. Esta alteração foi consubstanciada em 1982 pela revisão constitucional e pela LDNFA, quando foi extinto o CR e integrada a estrutura das FA na administração directa do Estado, através do MDN, cabendo aos chefes militares, como responsáveis máximos pela organização, a ligação com a estrutura política. No entanto a desvinculação dos Ramos das FA no processo de nomeação das suas chefias, originou uma aparente quebra de confiança entre os chefes dos Ramos e os seus subordinados, ao que Ferraz Sacchetti considera *“uma excessiva nomeação por critérios de confiança política...para cargos do Estado e da administração pública”* (2005: 8). Semelhante posição é corroborada por Loureiro dos Santos, que adianta que os chefes dos Ramos têm que ter *“independência suficiente, relativamente aos responsáveis políticos que os tutelam”* (2006: 284). Em sùmula o modo de nomeação política da hierarquia militar pode condicionar a sua acção na defesa dos interesses dos subordinados (Baltazar, 2011).

Confirmou-se que a IM é uma organização impar na sociedade portuguesa, onde as suas especificidades são reconhecidas e respeitadas, nomeadamente no que concerne à condição dos seus membros. No entanto a instituição não é imune às mudanças e tal como a sociedade evolui, sendo sujeita a novos desafios e ameaças.

b. Antecedentes e enquadramento legal

A implantação do associativismo em Portugal começa a seguir ao 25 de Abril de 1974, e tem a montante um conjunto de razões que estão ligadas às das características do país e dos regimes políticos que estiveram implantados em diversos períodos da história.

Podemos distinguir, pelo menos, duas grandes causas para esta implantação tardia: a primeira relacionada com um factor cultural da sociedade portuguesa que, ao contrário da



anglo-saxónica, regista uma fraca mobilização por causas, praticando pouco o voluntariado e a dinamização de acções, com o propósito de ajudar os mais desfavorecidos ou defender os seus interesses; a segunda relaciona-se com o regime político implantado no Estado-Novo (II República), em que o associativismo era visto como um elemento que poderia pôr em risco o controlo das opiniões por parte do Estado, sendo proibido, ou quando permitido por autorizações administrativas, era fortemente condicionado. Estas razões foram determinantes para que não fosse criada uma tradição de associativismo nos cidadãos em Portugal, dificultando a percepção da importância de organizações representativas de interesses (Gouveia, 2011). Esta posição é sustentada por um estudo realizado em 2001¹⁴, sobre o envolvimento associativo de vários países europeus, onde se inclui Portugal, concluindo que o nosso país apresenta valores de envolvimento associativo muito semelhantes aos de Espanha, mas muito inferiores aos países do Centro e Norte da Europa (Viegas, 2010: 60).

No caso militar, além das duas causas referenciadas anteriormente, existe o trauma da IM ter sido o suporte de um regime assente na constituição de 1933, onde a restrição e proibição de associações na sociedade boicotou a possibilidade de serem criadas nas FA (Gouveia, 2011). Loureiro dos Santos argumenta que antes do 25 de Abril de 1974 os militares eram uns privilegiados, não em termos materiais (vencimentos), mas em regalias (saúde, cantinas, etc...), o que lhes dava algum conforto em comparação com a média da sociedade, não tendo necessidade de reivindicar mais benefícios (2011).

Entre 1974 e 1982, os militares controlavam directamente as FA, até 1975 através da JSN e do Conselho de Estado, e depois de 1975 através do CR, concentrando a vertente militar e política. Para além destes factos o PR era também um militar e tinha o comando das FA, logo não era previsível o surgimento de movimentos de defesa de direitos socioprofissionais de militares. Bacelar Gouveia tem outra opinião, e sugere que com a queda do regime, executada pelos militares, se poderia ter invertido o passado repressivo sobre o associativismo e originado uma permissão geral e ampla de organizações representativas dos trabalhadores (2011).

Em 1982 é aprovada a LDNFA, envolta em alguma polémica, com um veto presidencial executado pelo General Ramalho Eanes, que alegava que ficavam vedados aos militares direitos considerados fundamentais. O então deputado Jorge Sampaio, na sua declaração de voto, também frisou, *“quanto ao artigo 31º, penso que as restrições ao*

¹⁴ Projecto de investigação Citizenship Involvement and Democracy (CID).



*exercício de direitos, na forma como o artigo se encontra redigido, estão para além do que se afigura ser o quadro legal do artigo 270º da Constituição (que as possibilita) e constituem um conjunto de restrições que na sua totalidade, se me afigura exageradas e susceptíveis de criar problemas que preventivamente se deveriam evitar”*¹⁵. O artigo 31º da LDNFA diz respeito às restrições ao exercício de direitos de militares, nomeadamente o exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e a capacidade eleitoral passiva de militares. Relativamente ao artigo 270º da CRP, que trata das restrições ao exercício de direitos aos militares e outros agentes, Bacelar Gouveia entende que o legislador não impõe, mas permite que certos direitos sejam restringidos, o que é completamente diferente de assumi-los como uma restrição absoluta (2011).

No final dos anos oitenta, o associativismo militar em Portugal começa a ganhar força com a criação da Associação de Militares na Reserva e na Reforma (ASMIR) em 1987, e a criação da Associação Nacional de Sargentos (ANS) em 1989.

Em 05 de Agosto de 1992 sai a Lei 15/92, conhecida por «Lei dos Coronéis», que perante uma onda de protestos de oficiais das FA¹⁶, culminou com a demissão do então Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Loureiro dos Santos. O próprio Loureiro dos Santos em entrevista, frisa, *“tinha muita dificuldade em pugnar pelos interesses dos militares, até que surge a Lei dos Coronéis”* (2011), sendo este aspecto revelador do sentimento de debilidade de um chefe militar fazer valer o seu dever de tutela perante o poder político. Aliado a este facto está associada uma declaração do então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Soares Carneiro que, perante a indignação de muitos oficiais comentou que não era o «chefe do sindicato». Estes casos contribuíram decisivamente para que em Outubro de 1992 fosse criada a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), dando um importante incremento ao associativismo militar em Portugal.

Naturalmente as APM surgem como resposta a *“situações de dificuldades internas e sobretudo quando os canais normais da hierarquia, deixam de desempenhar cabalmente o seu papel de representação e defesa dos subordinados; quando o poder político negligencia os chefes militares e a instituição; e quando os militares se sentem marginalizados e o seu reconhecimento e prestígio sociais são diminuídos a níveis*

¹⁵ Citação do discurso efectuado pelo MDN na Assembleia da República, Dr Júlio Castro Caldas em 03 de Maio de 2001, por ocasião da discussão da proposta de alteração do Artigo 31º da LDNFA.

¹⁶ Cerca de 400 oficiais opuseram-se ao projecto de Lei inicial, que era mais gravosa que a Lei que foi aprovada (Figueiredo, 2010).



inadmissíveis” (Branco, 2003). Aliado a esta constatação está a crescente adopção de valores democráticos pela nossa sociedade, aproximando o militar do civil, e “*conduzindo à convicção de que todos os cidadãos, fardados ou à paisana, devam ter iguais direitos e deveres*” (Vaz, 2002: 216).

Inicialmente a actuação das associações militares não era suportada por nenhum regime jurídico específico, actuando simplesmente como associações de direito privado. Este panorama só se viria a alterar em 2001 com a publicação da Lei do direito de associação profissional dos militares¹⁷, que viria a dar corpo à Lei Orgânica (LO) nº4/2001¹⁸ que consubstanciou a sexta alteração à LDNFA, modificando o polémico artigo 31º e autorizando o direito à constituição e integração de associações profissionais por parte dos militares. Em 2007, com a publicação do estatuto dos dirigentes associativos das APM das FA¹⁹, foi reforçada a actuação do associativismo, ao regular o âmbito da actuação dos seus representantes.

Em 7 de Julho de 2009 foi publicada a Lei de Defesa Nacional (LDN)²⁰ que revogou a LDNFA de 1982, substituindo de vez o artigo 31º dando uma nova roupagem à renovada lei²¹.

c. O poder do associativismo

Actualmente existem cinco²² APM em Portugal (Apêndice 4 – APM em Portugal), a ASMIR, a Associação Nacional de Contratados do Exército (ANCE), a ANS, a AOFA e a Associação de Praças (AP). Além das APM referidas, existem ainda várias associações ligadas aos Antigos Combatentes, que se destinam fundamentalmente a promover a protecção e o auxílio dos antigos combatentes, bem como o desenvolvimento de actividades culturais e educacionais.

O fenómeno do associativismo militar em Portugal está activo (Apêndice 5 – Conclusões de estudos sobre a temática), e tem por base a evolução do homem e da sociedade, assumindo aqui a sociologia um papel primordial na sua compreensão. O aumento da individualidade, a crescente importância do material face ao moral, a pressão

¹⁷ Lei Orgânica nº3/2001, de 29 de Agosto.

¹⁸ Publicada em 30 de Agosto de 2001.

¹⁹ Decreto-Lei nº 295/2007 de 22 de Agosto.

²⁰ Lei nº 31-A/2009.

²¹ De referir que o termo «cidadãos» mencionado na LDNFA é alterado para «militares» na LDN, nomeadamente no que concerne ao ex-artigo 31º.

²² Reconhecidas pela Direcção Geral de Recrutamento de Pessoal Militar (DGPRM).



da sociedade civil em torno da IM, faz com que os militares se aproximem cada vez mais dos padrões civis, pretendendo possuir os mesmos direitos e garantias que um normal cidadão.

De facto a representatividade dos militares por parte de associações socioprofissionais está em crescente desenvolvimento em Portugal, impulsionadas pela publicação em 2001 do direito de associação profissional, em 2007 dos estatutos dos dirigentes associativos e, em 2009, da LDN, já referida anteriormente. De acordo com os dados fornecidos pela Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM)²³, a ASMIR apresentava 4100 associados em 2006 e 3800 em 2009, a AOFA tinha 1402 sócios em 2008 e 1437 em 2010, a ANS possuía 3250 associados em 2009, a AP apresentava 1435 sócios em 2009 e 1575 em 2010, e a ANCE em 2010 apresentava 1132 sócios. De salientar que a AOFA até 1999 tinha pouco mais de 400 sócios, vindo aumentar grandemente o seu número a partir do ano 2000, sendo a maioria do activo (Franco, 2010); semelhante fenómeno ocorreu na ANS que, de 2000 a 2010, viu ingressarem na associação mais de 2000 sargentos, também na sua maioria do activo (Coelho, 2010).

Além das APM referidas e reconhecidas institucionalmente, existem outros organismos com capacidade ou actividade do tipo socioprofissional, destacando-se: a Comissão de Militares (COMIL), parceiros habituais da ANS e da AP, juntando oficiais, sargentos e praças, e que pretendem uma acção mais interventiva ao nível de reivindicações (Torres, 2011)²⁴; o Clube Militar Naval (CMN), fórum de actividades recreativas e de discussão, desde aspectos relacionados com a profissão militar até às de cariz técnico ou tático, contando com a participação desde o Cadete até ao Almirante, é responsável pela publicação da revista Anais do CMN (Lopes, 2011); no Exército existem os Conselhos das Armas e Serviços (CASE)²⁵ que, à semelhança da Marinha e da Força Aérea Portuguesa (FAP), com os Conselhos de Classes e de Especialidades, respectivamente, embora discutam as questões de carreira, podem ser um veículo para transmitir para dentro da instituição alguns problemas do fórum profissional; A FAP ainda

²³ Como o regime do registo das associações só foi instituído pelo Estatuto do Dirigente Associativo Militar, Decreto-Lei n.º 295/2007, e algumas Associações não procederam logo ao envio dos elementos necessários, a DGPRM só dispõe de dados anteriores a esta data relativamente à ASMIR.

²⁴ Capitão-Tenente Fernandes Torres, porta-voz da COMIL.

²⁵ Algumas das competências atribuídas pelo primeiro Regulamento dos CASE, incluía, pronunciar-se sobre os assuntos relativos à melhoria da condição militar e, zelar pelos interesses da arma ou serviço e respectivo pessoal. Portaria n.º 368/76 de 10 de Julho.



tem uma associação²⁶ que engloba militares e civis que prestam ou prestaram serviço nas suas bases, e que desenvolve actividades recreativas e culturais, sendo pouco activa fora deste âmbito (Vaz, 2002: 215).

A junção de forças entre as várias associações tem-se constatado através de actividades e comunicações conjuntas, com o objectivo de unir esforços para alcançar reivindicações que afectam os militares como um todo. A contestação tem tido como alvo principal o poder político, a quem as FA estão subordinadas, que tem a responsabilidade de atribuir os orçamentos necessários para que a IM cumpra as suas missões e compromissos. Embora por vezes, como admite Jara Franco, *“as chefias militares também tenham sido alvo de alguma crítica pela inércia revelada nalguns assuntos”* (2010).

Lima Coelho defende que, actualmente, devido aos problemas criados pela presente crise, aliados aos cortes de benefícios dos militares, *“o importante é trazer ao de cima as questões sociais”* (2010), potenciando o fenómeno do associativismo no meio militar.

Relativamente à potencialização do associativismo, Alberto Coelho refere, *“a defesa dos interesses dos militares não poderá colidir em tempo algum com interesses superiores, leia-se com os interesses da Nação.”* (2010). Frisando que os dirigentes associativos são os responsáveis por monitorizar e avaliar esta linha de fronteira, devendo pautar sempre a sua actuação por uma lógica de responsabilidade.

Em Portugal, de acordo com a lei, os militares só podem constituir e integrar associações, agrupados por categorias, ideia partilhada pelos líderes da AOFA e ANS, bem como por alguns militares entrevistados neste trabalho. Opinião diferente tem Bacelar Gouveia, ao afirmar que é possível constituir associações, dependendo da vontade dos militares, pois a lei deve facilitar a criação das associações que se entender, não pode é impor uma regra em que só deva haver uma associação representativa, e adianta *“se por acaso as associações pretenderem um dia federar-se numa única associação de cúpula, estão no seu direito, mas a lei nunca o pode proibir ou obrigar”* (2011). Luís Figueiredo também é crítico quanto à constituição de APM diferenciadas por categorias, alegando que em vez de discutirem os problemas das FA, discutem os problemas das classes e categorias, canalizando demasiado a discussão e não congregando esforços, fundamental para a coesão da IM (2011). João Palma adianta que não só é negativo a divisão por categorias, como fomenta a multiplicação de associações nesse âmbito e até dentro das próprias categorias, à semelhança do que acontece na Polícia de Segurança Pública (PSP) e

²⁶ Associação da Força Aérea.



na Guarda Nacional Republicana (GNR), pulverizando o associativismo, criando cisões, desresponsabilização e fomentando a concorrência entre associações, não sendo benéfico para a instituição (2011). Embora a realidade portuguesa, em termos culturais e políticos, seja diferente dos países do Norte da Europa, em termos conceptuais haveria toda a vantagem de existir uma associação única (Baltazar, 2011).

Outro aspecto de grande importância é a utilização da comunicação social por parte das APM, em que este facto não passa despercebido aos chefes militares, pois estes, ao contrário dos dirigentes associativos, estão condicionados pela posição que ocupam na estrutura militar, não podendo intervir livremente no espaço público sob pena de colocar em causa a coesão e a disciplina das FA, e aqui as APM ganham espaço, podendo defender os interesses da IM *“em público, com toda a liberdade que o seu estatuto lhes confere”* (Cardoso, 2011). Na realidade os «média» são essenciais para que as APM passem a mensagem para a opinião pública, cativando simpatias e concordâncias com a sua causa, transmitindo para a comunidade, de um modo menos formal, o papel das FA portuguesas na sociedade, contribuindo para a dignificação e prestígio da IM. O papel das APM neste domínio consiste em sensibilizar a opinião pública para os problemas das FA e dos militares, actuando de uma forma supletiva com a IM, representada pelos chefes militares (Aranha, 2010).

As APM também integram e estabelecem contactos com outras associações, federações de associações e organizações internacionais congéneres, aumentando a sua capacidade de influência e projecção. O caso mais relevante é a integração na EUROMIL, já referida anteriormente, fazendo com que determinados assuntos passem da esfera da realidade dos países para organismos europeus e da OTAN.

d. As limitações do associativismo socioprofissional

Os limites à prática do associativismo militar em Portugal são de variadíssima ordem, desde as restrições e condicionalismos impostas pela legislação militar (Apêndice 6 – Restrições legais à prática do APM), até ao reconhecimento formal e informal por parte das autoridades políticas e militares, conforme alegam alguns dirigentes das APM (Coelho, Franco, 2010).

A actividade associativa é regulada pela LO nº3/2001 (lei do direito de APM) e pelo DL nº295/2007 (estatuto dos dirigentes associativos das APM) e, enquadrada pela



LDN, pelo estatuto da Condição Militar e pelo RDM. As limitações legais à prática do associativismo, segundo a nossa análise e de acordo com a legislação referida, estão esplanadas nos diversos regulamentos, no entanto é de realçar o nº3 do artigo 1º da LO 3/2001, onde se refere que os militares do quadro permanente (QP), em efectividade de serviço, só podem integrar e constituir associações agrupadas por categorias (oficiais, sargentos e praças), e o artigo 4º «incompatibilidades» do DL 295/2007, que impede qualquer dirigente de uma APM de exercer um conjunto de cargos ou funções, que vão desde a chefia máxima das FA e dos Ramos, até aos presidentes dos conselhos de classes, das armas e serviços, de especialidades ou grupos de especialidades.

O reconhecimento das APM por parte das chefias militares e dos responsáveis políticos, como foi referido inicialmente, é algo que está a dar os primeiros passos, essencialmente pelas, ainda recentes, leis do associativismo. Actualmente, embora as APM sejam recebidas pelos chefes militares e pelo MDN, as ligações não são tão profícuas como deveriam. Faria Leal num artigo publicado em 2006 sobre a actividade da Casa Militar da Presidência da República, refere *“a situação actual das APM que, por diversas razões, não tem tido um relacionamento normal com as Chefias Militares e com o próprio MDN, tem tendência a manter a conflitualidade existente, o que é extremamente prejudicial ao prestígio das FA”*. Jara Franco e Tasso de Figueiredo são peremptórios em afirmar que a questão não está nos cargos mas sim de quem tem o poder e dão o exemplo das idas às unidades, *“a AOFA segue formalmente a lei para se deslocar a uma unidade militar, mas quando pede a devida autorização, esta é-lhe indeferida”* (2010), a mesma ideia tem Lima Coelho que acrescenta, *“existe uma falta de entendimento e reconhecimento, nunca olha para nós como parceiros, mas sim como um corpo estranho que vem prejudicar”* (2010). Para Alberto Coelho, actualmente não se vislumbra qualquer conflitualidade, e contrapõe *“a exemplo dos últimos quatro anos muito me apraz constatar que as relações entre o associativismo militar português, as chefias militares e o próprio MDN atingiram novos patamares, como facilmente se percebe pelas regulares audiências entre os mesmos”* (2010). Semelhante opinião tem Oliveira Cardoso, que entende não existirem hoje sinais de conflitualidade, e acrescenta que a lei do associativismo militar ainda é recente, e o APM está em fase de amadurecimento e tem de continuar a fazer o seu caminho *“por todos, inclusive as chefias”* (2011).

Na realidade a questão não é pacífica e tanto militares com função de chefia, autoridades políticas e os próprios líderes das APM, reconhecem que nalgumas actividades



reivindicativas se foi além do desejável e admissível na conduta dos militares²⁷. Loureiro dos Santos afirma “as APM às vezes exageram, mas isso também é normal, pois estamos num processo de afinamento de comportamentos” (2011). Na mesma linha Bonifácio Lopes frisa que “as manifestações e protestos de rua não prestigiam a IM” (2011).

Num relatório apresentado em 2006 e actualizado em 2007, por uma comissão de inquérito²⁸ criada pelas APM, sendo presidida pelo Tenente-General Silvestre dos Santos, verificou-se, no que respeita às restrições aos direitos das APM, que: as APM não têm integrado conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho (GT), de acordo com a lei, só foram chamados a estar presentes em dois GT, até à divulgação do relatório; referem também as dificuldades que as APM têm tido na divulgação de actividades, do seu âmbito e de acordo com a lei, em unidades e estabelecimentos militares (43, 44).

O estatuto dos dirigentes associativos também limita a prática associativa, ao referir no seu artigo 4º as incompatibilidades. Na prática qualquer oficial general de três estrelas, no activo, está impedido de ser dirigente de uma APM, bem como uma boa parte dos maiores-generais com funções de comando de tropas, restringindo a actividade dos dirigentes associativos, em comparação com outras profissões.

Outra questão deveras importante é a percepção da opinião pública, com o peso que lhe é reconhecido na sociedade, ser sensível às questões militares e qualquer má interpretação das actividades reivindicativas por parte dos militares, podem originar um afastamento da comunidade civil da causa militar, prejudicando o prestígio que a sociedade castrense goza no meio.

e. O sindicalismo e as FA

O sindicalismo é um “movimento de associação de trabalhadores cuja estratégia fundamental visa a defesa dos seus interesses socioprofissionais” (Correia, 2008: 37), esta fundamentação é sustentada pela lei²⁹ quando fala de sindicato. A esta definição, Correia acrescenta que os sindicatos não são um mero advogado de defesa das partes em conflito, mas sim um dos interlocutores desse litígio. No caso das FA a negociação colectiva, pressuposta pelos sindicatos, iria fomentar a luta de classes/categorias e concorrentemente retirar o poder negocial aos chefes militares, enfraquecendo a sua posição em relação à tutela política (Santos, 2011).

²⁷ Opinião unânime de todos os entrevistados.

²⁸ Comissão de inquérito ao incumprimento da legalidade democrática e outras anomalias.

²⁹ DL 215-B/75, de 30 de Abril.



No período de transição revolucionária em Portugal, as FA foram percorridas por alguns movimentos de reivindicação de carácter intra-institucional e material. Como afirma Maria Carrilho, esses movimentos “*poderiam ter sido veiculados por uma associação tipo sindical, caso se tivesse então caminhado para essa forma de representação de interesses dos militares*” (1994: 56). Foram tempos deveras complicados, quer para as FA, quer para o país. As FA andaram sujeitas a inúmeras pressões e influências, temendo-se até pela sua continuidade como instituição tradicional de referência democrática.

Durante o ano de 1974, sucederam-se episódios de contestação colectiva, reivindicando aumento de vencimentos, actualização das pensões de sobrevivência, subsídio de férias, redução do limite de idade de passagem à reserva, entre outros. Estas reivindicações foram essencialmente desencadeadas por comissões de sargentos e praças, quebrando regras de disciplina, colocando em risco a coesão das FA (Carrilho, 1994: 57). Quem se recorda deste período sabe bem que as tentativas de «democratizar» as FA não foram as melhores opções. Os gabinetes de dinamização do Exército ao nível dos comandos regionais e de unidade, implementadas pela “*Directiva para a Estruturação Democrática do MFA nas Unidades e Estabelecimentos Militares, dá origem, na realidade, a uma hierarquia paralela*” (Carrilho, 1994: 60), pondo em risco a «coesão» no seio da IM, valor considerado fundamental, consubstanciado pelo “*respeito dos princípios éticos da virtude e da honra inerentes à condição militar*” (RDM, artigo 2º, 2009). Estes foram alguns exemplos da ingerência política no seio das FA que em nada contribuiu para o seu prestígio e dignificação.

A história parece que teve a sua força, porque a presença de sindicalismo nas FA foi repudiada por todos aqueles que entrevistamos, desde chefes militares até aos líderes das APM (AOFA e ANS), reafirmando que se tal acontecesse era a própria especificidade militar que estava em causa. Bacelar Gouveia também comunga deste ponto de vista, afirmando que qualquer mudança radical, no que concerne à “*formação de sindicatos militares, o direito à greve e a pertença de militares a partido políticos, numa intervenção político-partidária, parece arrojada e neste momento não existem condições para tal*” (2011), alertando para o caso da intervenção política ser profundamente perniciososa para a estabilidade da própria condição militar.

Gonçalves Aranha, no seu estudo em 1990 refere, “*no actual contexto nacional e militar, a liberdade sindical e a criação de sindicatos militares forneceriam uma estrutura*



dupla de poder paralela à cadeia normal de comando, destruidora da «condição militar» e substituindo, os valores institucionais que a caracterizam, por outros de natureza pessoal e material” (1990: 5.4). Pensamos que embora tenham ocorrido mudanças a nível nacional, elas não transformaram profundamente a realidade social do país, para que esta afirmação caísse em desuso. Extrai-se das várias entrevistas, que a questão da hierarquia paralela se mantém actual e que a mesma continua a ser uma preocupação das chefias militares e do poder político.

f. Síntese conclusiva

A IM é uma organização diferente das organizações civis, já que os seus membros estão abrangidos por um conjunto de regras legais, éticas e deontológicas, caracterizadoras das suas especificidades e que enformam a chamada condição militar. As FA têm sofrido várias alterações ao longo dos anos, nomeadamente através de alterações tecnológicas, da inclusão da mulher nas fileiras, do fim da conscrição e da aproximação e comparação com a sociedade civil. O conceito de profissão militar reúne hoje grande consenso, no entanto é importante diferenciá-lo de qualquer outra profissão, dadas as especificidades próprias da função e as poucas diferenças existentes entre a esfera pessoal e funcional, e que mais uma vez a condição militar vem demonstrar.

Ao nível das relações político-militares, constata-se que, embora as FA estejam subordinadas ao poder político legalmente eleito pelos cidadãos, é essencial que os militares conservem a sua independência e equidistância político-partidária. A IM liga-se com a tutela política ao mais alto nível, nos vários fóruns formais e informais, através das chefias militares, o que leva a que se advogue uma maior independência da hierarquia face ao poder político.

O APM em Portugal, à semelhança de outros países do Sul da Europa, teve um aparecimento tardio, fruto de conjunturas internas vividas no país em determinadas épocas, bem como a factores de ordem cultural, avessos à prática associativa. Actualmente está em fase de expansão e de normalização de relações com os diversos interlocutores, sendo estes reconhecidos pelas chefias e poder político como actores importantes na discussão dos assuntos de cariz socioprofissional dos militares. O sindicalismo também não é aceite nas FA, pela possível e eventual degradação da hierarquia e condição militar, primordial ao funcionamento da instituição. Actualmente este associativismo tem algumas limitações/restrições, que passam desde a divisão de APM em categorias até à dificuldade



de serem vistas como parceiros credíveis, fazendo parte de GT ou Comissões onde se abordem as questões profissionais dos militares.

Face ao exposto, a H2.1 é validada, porque ser-se militar comporta limitações de alguns direitos e deveres acrescidos em relação ao cidadão comum, acarretando-lhe um aumento de responsabilidade nas suas acções. Verifica-se que a H2.2 é parcialmente validada, visto que à partida, APM que integrem todas as categorias têm mais influência dentro da instituição e junto da tutela, por representarem, se não forem multiplicadas, uma maior expressão da vontade militar. No entanto, embora o caso da Alemanha seja um sucesso, desconhece-se esse impacto na realidade portuguesa. Consideramos que fica respondida a QD2, porque foram identificadas limitações e potencialidades, carecendo estas últimas de verificação futura.



4. A defesa dos militares e da instituição

a. Os interesses dos militares

De acordo com o que tem sido apresentado a IM tem sofrido grandes alterações, principalmente nas últimas três décadas, que passaram essencialmente pela consolidação da profissionalização militar, motivadas pelas constantes alterações sociais e tecnológicas, e pela aproximação tendencial a um modelo, segundo Moskos, «ocupacional», onde existe uma valorização do individual face ao colectivo.

É neste ambiente, caracterizado pela exigência da profissão e pela pressão constante da sociedade onde está inserida que aparecem as questões socioprofissionais, descritas como interesses próprios, face à instituição a que pertencem e face à sociedade onde estão integrados. Maria Carrilho refere que todas as alterações que as FA têm sofrido contribuíram *“para acentuar a tendência para um modelo convergente FA-sociedade, caracterizado, portanto, por uma crescente abrangência de funções e competências profissionais incorporadas na própria IM, similares às que se desenvolvem noutros sectores da sociedade”* (1994: 159). Esta tendência foi potenciada com a integração de mulheres nas fileiras das FA, embora, como afirma Helena Carreiras, as mulheres serem tendencialmente mais institucionais, o certo é que *“essa ligação é frequentemente sujeita a erosão devido à dificuldade em conciliar as responsabilidades familiares com as exigências profissionais”* (1997: 66), promovendo uma orientação «ocupacional» que à partida lhes garanta mais protecção de âmbito familiar.³⁰

Se definirmos interesses como o proveito, a vantagem, a procura de benefícios pessoais, ou o empenho e dedicação ao serviço (Porto Editora, 2010: 415), verificamos que de acordo com o que foi descrito, o militar «ocupacional» compara-se com o normal cidadão, e exige direitos e regalias semelhantes, regendo-se pela economia de mercado, onde o seu prestígio é medido de acordo com o seu salário; a sua função na IM é comparada com as semelhantes de âmbito civil, exigindo as mesmas condições de trabalho; defendendo uma compensação pelo desempenho e não pelo posto ou cargo que ocupa; reivindicando estatutos iguais aos civis quando abandona as fileiras.

Mas os interesses também são de índole institucional, ao contribuir para que a organização a que pertence, seja mais eficiente e eficaz, cumprindo com zelo e prontidão as suas missões, demonstrando brio e garbo nas suas acções, dignificando e prestigiando a

³⁰ Um dos exemplos é o caso da maternidade, em que a mulher não abdicará da sua condição de mãe, com todas as regalias inerentes, em prol das FA.



imagem das FA perante a sociedade. E neste campo institucional o militar revê-se na especificidade da sua condição³¹, que difere do civil pelo conjunto de deveres e obrigações a que está sujeito, mas também “*pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da segurança social, assistência, remunerações, coberturas de riscos, carreiras, formação*” (i) do artigo 2º da Lei nº11/89)³², além de outras consagradas na lei³³, que mais não são do que medidas compensatórias ao seu exercício pleno de cidadania.

Ou seja, o plano de intervenção para a defesa dos interesses dos militares tem que se mover nestes dois espaços, mantendo o equilíbrio entre os interesses institucionais e sociais, de forma a garantir a especificidade da «condição militar» e indo ao encontro das expectativas dos militares e suas famílias.

A defesa dos interesses socioprofissionais dos militares pode ser exercida de duas formas: a representação de interesses exclusivamente interna, através da hierarquia ou a exercida através de associações profissionais (Carrilho, 1994: 160). Em Portugal subsistem as duas formas em simultâneo, tendo-se verificado que ainda não existe uma estratégia conjunta e concertada para a defesa das questões de índole social e profissional. Mexia, ao tentar preconizar um modelo ideal de representação semelhante ao dos países nórdicos, em que as questões socioprofissionais passam exclusivamente para o campo das APM, conclui que “*não será bem-vinda no seio dos militares portugueses. Estes não pretendem ver os chefes militares destituídos da obrigatoriedade do exercício do «dever de tutela»*³⁴” (2009: 130). Gonçalves Aranha também é peremptório ao afirmar “*a IM deve representar os militares num primeiro plano e as APM numa situação supletiva, no respeito pela instituição de forma a não lhe retirar crédito e força para o debate político*” (2010), visualizando uma actuação conjunta. Loureiro dos Santos concorda que existe espaço para uma actuação dual, IM-APM, adiantando que “*a intervenção das APM pode ser melhorada, mantendo a sua independência, mas com ligações coordenadas com a organização*” (2011).

³¹ Condição Militar.

³² BGECM.

³³ Artigo 15º, Lei nº11/89 de 1 de Junho, “*é garantido aos militares e suas famílias, ..., um sistema de assistência e protecção, abrangendo, designadamente, pensões de reforma, de sobrevivência e de preço de sangue e subsídios de invalidez e outras formas de segurança, incluindo assistência sanitária e apoio social*”

³⁴ Dever de Tutela, “*consiste em zelar pelos interesses dos subordinados e dar conhecimento, através da via hierárquica, dos problemas de que o militar tenha conhecimento e àqueles digam respeito*” (RDM, 2009: artigo15º).



b. Os valores da instituição

A IM é uma organização secular com tradições vincadas e normas bem definidas que a distingue das demais instituições, nomeadamente as de carácter civil. Como refere Luís Pimentel “os membros patenteiam um particular sentimento de comunidade, advindo de uma missão com algo de «sagrado» e de um conjunto de valores éticos, sociais e profissionais de tal modo distintivos que fazem dela uma instituição especial” (2008: 56). Esta definição enquadra-se na visão «institucional» onde o militar entende a sua função como uma vocação, abdicando dos seus interesses individuais em prol do colectivo. De acordo com o RDM, no seu artigo 1º, “a organização e a actividade das FA baseiam-se nos valores fundamentais da missão, da hierarquia, da coesão, da disciplina, da segurança e da obediência aos órgãos de soberania competentes nos termos da Constituição e da lei” (2009).

Para melhor compreendermos a importância deste assunto, importa referir que os valores militares são o âmago da instituição, são eles a essência do ser militar que sustenta toda uma organização. Carlos Fontes³⁵ define-os como conceitos que traduzem as nossas preferências e agrupa-os quanto à sua natureza em valores éticos³⁶, estéticos, religiosos, políticos e vitais. Certamente haverá outras formas de classificação, mas para militares o importante são as questões éticas, as que se referem às normas de conduta que afectam todas as áreas da actividade castrense, por mais específica que seja.

No seu artigo 11º o RDM³⁷ refere que o militar deve “*pautar o seu procedimento pelos princípios da ética e da honra, ..., pela sujeição à condição militar e pela obrigação de assegurar a dignidade e prestígio das FA*”, mencionando de seguida os deveres especiais do militar³⁸, dos treze deveres descritos, destacamos o dever de obediência, de lealdade e de honestidade, como caracterizadores de uma ética militar. São estes princípios e deveres, expostos em legislação militar variada³⁹, que encorpam os chamados valores militares e que contribuem para um aumento do espírito de corpo e coesão no seio das FA.

³⁵ Valores [em linha]. [Referência de 15 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://afilosofia.no.sapo.pt/10valores.htm>>.

³⁶ Alguns exemplos referidos pelo autor: solidariedade, honestidade, verdade, lealdade, bondade, altruísmo, etc...

³⁷ Artigo 11º, Deveres militares, Capítulo II.

³⁸ São deveres especiais do militar: dever de obediência; dever de autoridade; dever de disponibilidade; dever de tutela; lealdade; dever de zelo; dever de camaradagem; dever de responsabilidade; dever de isenção política; dever de sigilo; honestidade; dever de correcção; dever de aprumo.

³⁹ Da diversa legislação militar, destacam-se: CRP, LDN, EMFAR, RDM, BGECM, etc...



Belchior Vieira dá um importante contributo para compreendermos melhor a IM e as suas idiossincrasias, ao referir a definição de Maurice Hauriou, que vê a organização castrense com três particularidades institucionais fundamentais: a «ideia de uma obra» baseada nas missões das FA e consubstanciada pela legislação de suporte, nomeadamente na CRP (artigo 275º) e na LDN (artigo 24º); um «poder organizado», assente na hierarquia e com a finalidade de dotar a instituição de todas as condições para se cumprir as missões atribuídas; e por fim as «manifestações de comunhão», que demonstram a confiança mútua entre hierarquia e subordinados, que só se consegue através da disciplina militar⁴⁰ e “*se obtém pela convicção da missão a cumprir e se mantém pelo prestígio que nasce pelos princípios da justiça empregados, do respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca*”⁴¹ (2002: 26). Estas três características institucionais, consideradas elementares, segundo o autor, para caracterizar as FA, enquadram-se perfeitamente nos valores fundamentais avançados no Artigo 1º do RDM, sendo associados da seguinte forma: «ideia de uma obra» com a missão, segurança e obediência; «poder organizado» com hierarquia e disciplina; «manifestações de comunhão» com a coesão. Vieira refere ainda que o princípio hierárquico⁴² é considerado como um factor de limitação de conflitos no seio da instituição, mantendo uma ligação íntima com «manifestações de comunhão».

A defesa destes valores⁴³ cabe a todos os militares, independentemente da sua situação ou categoria, tendo aqui a IM um papel fundamental ao assumir-se como fiel depositária de tamanha grandeza, cabendo aos chefes militares a responsabilidade por zelar para que tal seja cumprido, utilizando todos os instrumentos legais disponíveis.

As APM têm também o dever de salvaguardar os valores militares, quer nas acções reivindicativas, quer na promoção de actividades recreativas, cívicas ou culturais, através de uma forte sensibilização e divulgação das especificidades militares, contribuindo para a dignificação e prestígio das FA, como defendem os vários estatutos, aumentando a unidade e coesão entre militares. Estas mensagens das APM podem ter grande impacto na opinião

⁴⁰ Segundo o artigo 1º do Regulamento de Disciplina de 02 de Maio de 1913, disciplina militar “*é o laço que liga entre si os diversos graus da hierarquia militar; nasce da dedicação pelo dever e consiste na estrita e pontual observância das leis e regulamentos militares*” (RDM, DL nº142/77, de 09Abr).

⁴¹ Referido no nº1. do RDM, DL nº142/77, de 09Abr.

⁴² Lei nº11/89, d), artigo 2º, “subordinação à hierarquia militar, nos termos da lei.

⁴³ Segundo Costa Matos podemos identificar os seguintes valores militares: patriotismo, honra, coragem, disciplina e solidariedade (Moura, 2003: 275).



pública, ao utilizarem os meios de comunicação social de uma forma mais alargada que as chefias militares, que se encontram condicionadas e limitadas pelo seu próprio estatuto.

c. Interesses vs valores: conflito ou união

Da análise dos interesses dos militares e dos valores da instituição expostos nos parágrafos anteriores (Apêndice 7 – Quadro Resumo – Interesses Militares vs Valores Militares) verifica-se que a quase totalidade das variáveis identificadas se enquadram na chamada «condição militar» e, como tal, sustentadas legalmente pela lei nº11/89 (BGECM), podendo ser defendidas quer pela hierarquia institucional quer pelas APM. No entanto é de destacar alguns pontos que podem gerar algum conflito entre as hierarquias militares e as associações, como o são as «compensações materiais» ou a «total cidadania», que não têm enquadramento legal na legislação militar disponível.

Actualmente tem-se verificado que as «compensações materiais» não figuram nas agendas das APM, já o caso da «total cidadania» é diferente. Na página oficial da ANS, ao falar-se no enquadramento histórico da associação, refere-se que “*os sargentos portugueses não abdicam, no entanto, do seu direito inalienável a uma total cidadania, apenas restringida ao mínimo indispensável*”⁴⁴. Mesmo aqui é admitida a reivindicação da cidadania, reconhecendo a especificidade militar, admitindo que tais restrições possam acontecer tal como figura na lei e descrita de forma positiva no artigo 270º da CRP⁴⁵, ao iniciar a redacção com “*a lei pode estabelecer restrições...*”, e de acordo com as leis e normas internacionais já expostas neste trabalho, que embora defendam o conceito de militar como um «cidadão em uniforme», acautelam sempre as possíveis limitações aos membros das FA, quando tal for essencial para a segurança e o bem-estar da sociedade.

Sobre a possibilidade do associativismo defender em simultâneo os valores da instituição e os interesses dos militares, as respostas são unânimes. Gonçalves Aranha diz que “*é possível conciliar as acções das APM com as da IM e, têm razões para isso no actual contexto*” adiantando que as associações nunca devem ser contra, mas pela IM (2010). A mesma opinião têm Jara Franco e Lima Coelho ao afirmarem que o grave é não conseguirem atenuar as diferenças, avançando que a defesa dos interesses tem por base os valores militares, transmitindo lealdade, mesmo de discordância (2010). Alberto Coelho é claro: “*o associativismo militar português tem provado saber desde o seu surgimento*

⁴⁴ ANS [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.ans.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=30&Itemid=80>.

⁴⁵ Restrições ao exercício de direitos.



defender os interesses dos militares e consequentemente da Instituição Castrense, sendo estes sistematicamente coincidentes com o interesse nacional” (2010). Verificou-se em todas as entrevistas realizadas durante a investigação neste trabalho, sem excepção, uma concordância em afirmar que as associações podem e devem defender em simultâneo os interesses dos militares e da instituição, só assim se conseguem alcançar os objectivos sem desprestigiar os militares e as FA. Esta ideia é bem vincada por Oliveira Cardoso ao referir: *“não vejo mesmo que possam ser diferentes os objectivos”* (2011).

No entanto é de salientar que o denominador comum desta análise é a «condição militar», é ela que fortalece o espírito de corpo e contribui para a «coesão»⁴⁶ dos militares de uma forma inequívoca, pelo que qualquer incumprimento ou desrespeito por tal condição potencia o nível de reivindicações. E aqui já existem divergências entre os militares e o poder político, quanto ao entendimento desta especificidade. Loureiro dos Santos é peremptório ao afirmar que *“os políticos, por variadíssimas razões não conhecem a IM, compreendem os deveres, mas não ligam aos direitos, a tendência é colocarem-nos todos no mesmo bolo legal dos civis”* (2011). Bonifácio Lopes refere a degradação das condições dos militares em relação a classes profissionais de referência, onde existe uma nítida diferenciação. Por outro lado, quando existem constrangimentos orçamentais, como actualmente, não se faz a distinção entre civis e militares, colocando tudo na mesma situação (2011).

Como já enunciámos anteriormente, as BGECM dão forma legal ao equilíbrio que deve existir entre os direitos e deveres dos militares, de maneira a atenuar a exigente missão a que estão sujeitos, através de um conjunto de benefícios e regalias consagrados na lei. Se a lei for cumprida por todos, militares e políticos, poucas serão as razões para existirem reivindicações do foro socioprofissional. Se tal não acontecer, pensamos que o catalisador geral dos protestos será accionado e uma aproximação da profissão militar à função pública resultará num risco acrescido. Segundo Bacelar Gouveia *“a igualização da condição militar às outras situações da função pública é indesejável, pois os militares são profissionais que devem ter traços distintivos que se devem manter... esse caminho é perigoso, porque vai provocar uma perda de identidade na própria função militar. Isto corresponde a uma concepção inadequada da condição militar, porque considera que a função militar é uma função como outra qualquer, mas isso é não reconhecer a dignidade*

⁴⁶ É o elemento essencial para que todos actuem de forma coordenada, reduzindo a possibilidade de destruição do grupo (Moura, 2003: 275).



e a própria identidade da função militar, aspecto muito negativo já que a função militar se alimenta da sua dignidade, da sua identidade e da sua diferença” (2011).

d. A defesa da profissão militar

Para tentar definir um modelo, equilibrado, de defesa da profissão militar importa analisar, ainda que sucintamente, algumas profissões consideradas de referência na sociedade portuguesa e com as quais a função militar tem algumas afinidades, de forma a compreender como conseguem defender os interesses socioprofissionais, sem pôr em causa as instituições a que pertencem, contribuindo até para aumentar o seu prestígio.

É comum, quando se fala em direitos e interesses dos militares, efectuar uma comparação com as chamadas funções de Estado (juízes, magistrados do Ministério Público (MP), diplomatas, professores do ensino superior), verificando existir uma diminuição de compensações quando as profissões são analisadas em paralelo, resultando as diferenças em *“mais deveres e menos direitos”* (Santos, 2009: 308).

Vamos cingir-nos ao caso dos magistrados judiciais (juízes⁴⁷) e do MP (procuradores), sendo as respectivas funções um pilar essencial do Estado de direito democrático onde nos inserimos, que é a justiça, e tal como os militares, *“não serem funções partidarizadas e até com inibições no ponto da intervenção no debate político-partidário”* (Gouveia, 2011). Tanto os juízes como os procuradores possuem sindicatos⁴⁸ com direito à greve, e para António Colaço este reconhecimento teve como premissa a *“forma superior de consciência profissional dos magistrados e dos restantes operadores judiciários”* (2006?). Tem-se constatado que estes sindicatos têm tido uma influente intervenção na opinião pública, não através de manifestações de rua, mas por intermédio da comunicação social, já que o próprio poder executivo funciona normalmente, impulsionado pelos problemas que surgem nos «média», constituindo-se assim como uma importante plataforma na defesa dos interesses dos seus associados (Palma, 2011).

Não querendo de forma alguma dar argumentos à inclusão do sindicalismo nas FA, até porque o assunto já foi abordado e clarificado neste trabalho, sendo unânime que tal seria prejudicial para o equilíbrio e funcionamento da IM, importa referir que na opinião de Bacelar Gouveia *“não suscita dúvida a impossibilidade das FA criarem sindicatos com direito à greve”*, mas é essencial diferenciar os vários níveis de associativismo, como

⁴⁷ Fazem parte de um órgão de soberania que são os tribunais.

⁴⁸ Os juízes possuem a Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP) e os procuradores do MP o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP).



defende o autor “*associativismo socioprofissional, sindicatos e sindicatos com direito à greve*” (2011). Parece-nos importante reafirmar que estamos a trabalhar na esfera do primeiro nível, o associativismo socioprofissional com contornos muito específicos, e enquadrado por leis adaptadas à especificidade do meio militar.

Os militares têm o direito de constituir ou integrar associações, nomeadamente profissionais, como refere a lei⁴⁹, excepto se estas tiverem natureza política, partidária ou sindical. Os estatutos das diversas APM referem ainda a sua independência, nomeadamente à hierarquia das FA. Queremos vincular o facto da lei⁵⁰ balizar, inequivocamente, as áreas de intervenção do associativismo militar, verificando-se que a opinião pública é sensível às manifestações de militares na rua, facto este que nos leva a afirmar que é de extrema importância que a hierarquia militar dê credibilidade às APM, de forma a criar laços que possam ser explorados, para que a defesa dos militares se faça de uma forma coordenada e sem preconceitos, evitando rupturas e cisões dentro do meio castrense, colocando em causa a «coesão», que é o valor que une os militares e permite cumprir as missões de forma eficiente e eficaz segundo os interesses nacionais. Como refere Loureiro dos Santos “*a legislação é adequada, as APM como não são acarinhadas pelos chefes militares, vão beber às associações socioprofissionais civis*”, o que faz com que por vezes certas reivindicações rocem o cariz sindical⁵¹, sendo prejudicial para a instituição e para os militares (2011).

Na mesma linha de pensamento Ramalho Eanes afirma que as APM devem estar reguladas, orientadas e controladas “*dialogicamente preocupadas com as Chefias Militares, Governo e, também, Sociedade Civil...capazes de tornar sempre civil o seu propósito, a sua acção e, sobretudo, os seus resultados, numa demonstração exemplar, como convém à IM e aos seus militares*”, apelando para que estas procedam com responsabilidade e ética, como é apanágio dos militares (2011).

Considera-se assim importante referir que existem outras profissões que se apoiam em «ordens», de cariz deontológico, ético e profissional, para defenderem os seus interesses socioprofissionais, como os advogados, os engenheiros ou os médicos, visto não possuírem uma instituição própria que congregue a profissão. Estas ordens têm grande impacto na opinião pública através da exposição mediática dos seus representantes,

⁴⁹ Artigo 31º da LDN, 2009.

⁵⁰ CRP/2005, LDN/2009, LO 3/2001, LO 4/2001, DL 295/2007, Estatutos das APM.

⁵¹ Manifestação de 2006, com militares fardados.



contribuindo decisivamente para aumentar o prestígio e a dignificação da classe profissional.

e. A percepção do associativismo militar – visão civil e militar

Entre Dezembro de 2010 e Março de 2011 foi realizado um questionário, utilizando a plataforma da internet⁵², destinado a apurar resultados de forma a entender a percepção dos inquiridos: militares e civis, sobre alguns tipos de representação socioprofissional na sociedade portuguesa, tendo como objectivo final identificar a sensibilidade da sociedade, relativamente às APM.

O questionário contou com dezasseis perguntas (Apêndice 8 – Inquérito de Percepção), às quais obtivemos 235 respostas, com os seguintes resultados: 67,9% dos inquiridos considera que as associações socioprofissionais são importantes na defesa dos interesses socioprofissionais dos seus funcionários/colaboradores/subordinados; 64,7 % acham que as associações socioprofissionais são importantes para a divulgação da imagem das instituições profissionais; 54,5% são de opinião que as associações socioprofissionais não prejudicam a imagem das instituições; sobre as associações socioprofissionais da GNR e da PSP, verifica-se que a maioria são de opinião que credibilizam a imagem da instituição/funcionários/subordinados; no caso dos magistrados judiciais e do MP existem opiniões variadas, não conclusivas (ver Apêndice 8); sobre a defesa dos interesses socioprofissionais dos militares temos quase uma paridade de resultados, com 37,9% a defender que são as APM que melhor podem defender os interesses, contra 35,3% a opinar que são as chefias militares; sobre a possibilidade de quem melhor pode defender os interesses da instituição, 45,5% diz que são as chefias militares, 22,6% que é o MDN e 14% as APM.

Ao aplicarmos um filtro aos resultados acima apresentados, dividindo as respostas por civis e militares, verificamos que, no que respeita às questões 15 (interesses socioprofissionais) e 16 (interesses da IM), se verifica o seguinte: os militares consideram que quem melhor pode defender os seus interesses socioprofissionais são as chefias militares (47,7%), seguidas das APM (30,8%); os militares também consideram que quem melhor pode defender os interesses da instituição são as chefias militares (61,7%), seguidas pelo PR (11,2%), MDN (10,3%) e APM (8,4%); os civis consideram que quem melhor pode defender os interesses dos militares são as APM (43,8%), seguidas pelas chefias

⁵² Disponível na internet em: <<http://www.freeonline surveys.com/>>.



militares (25%); quanto à defesa dos interesses da IM, os civis são da opinião que tanto o MDN (32,8%) como as chefias militares (32%) dividem essa responsabilidade, seguidos pelas APM (18,8%) e PR (9,4%).

Destes resultados conclui-se que as APM são vistas, quer por civis, quer por militares, como interlocutores privilegiados na defesa dos interesses socioprofissionais dos militares, sendo assumido, pelos resultados, que a percepção dos inquiridos é da opinião que essa tarefa deve ser levada a cabo por dois intervenientes em primeira linha: as chefias militares e as APM.

f. A dignificação e prestígio da instituição castrense

As FA, como instituição integrante e estruturante da sociedade portuguesa, não está imune às percepções que são feitas a seu respeito. Deste modo as más interpretações têm impactos prejudiciais na instituição, influenciando negativamente a organização e os seus elementos, minando os laços de confiança que devem existir entre as FA e a sociedade. Essa confiança é baseada na imagem de reconhecimento e respeito que a IM transmite para o exterior, a dignidade⁵³, que aliada à sua capacidade de influência e de atracção, o prestígio⁵⁴, confere admiração e aumenta o vínculo entre a comunidade e as suas FA.

A dignidade e o prestígio das FA estão identificados como variáveis de extremo valor para a sociedade castrense e para o país. A prova desta afirmação está consubstanciada nos inúmeros documentos e discursos onde vêm referidas essas duas variáveis. Em 2005 Luís Amado⁵⁵ por ocasião da cerimónia do dia do combatente refere *“continuar a trabalhar para a reorganização, modernização e prestígio das FA portuguesas, e para a dignificação de quantos nelas servem Portugal”*; em 2009, Cavaco Silva⁵⁶ na tomada de posse do XVIII Governo Constitucional (GC), menciona como um dos objectivos nacionais de amplo consenso *“a dignificação e prestígio das FA”*; no Programa do XVIII GC, na parte VIII – Defesa Nacional, quando trata da modernização das FA, uma das prioridades da Política de Defesa Nacional é *“dignificar a função militar, reconhecendo e valorizando a profissão militar no quadro das funções do Estado”* (2009);

⁵³ Modo de ser e de actuar que é digno (admiração, etc...) de respeito; distinção; autoridade (Porto Editora, 2009: 254).

⁵⁴ Influência exercida...; ascendente; reconhecimento de qualidades; fascínio, encanto (Porto Editora; 2009: 588).

⁵⁵ Extracto da intervenção do MDN, Luís Amado, na cerimónia do dia do Combatente. Batalha, 09 de Abril de 2005.

⁵⁶ Extractos do discurso do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, na tomada de posse do XVIII GC. Palácio da Ajuda, Lisboa, 26 de Outubro de 2009.



no artigo 15 do EMFAR⁵⁷ é referido que o militar deve “*proceder com dignidade e zelar pelo prestígio da IM*” (1999); no artigo 11º do RDM, deveres gerais e especiais, vem “*...pela sujeição à condição militar e pela obrigação de assegurar a dignidade e o prestígio das FA...*” (2009). Como facilmente constatamos, a importância da dignificação e prestígio das FA são considerados valores fundamentais a alcançar e que merecem referência e compromisso ao mais elevado nível da nação.

O relevo e consenso sobre o prestígio e a dignidade das FA é de tal ordem que todas as APM, sem excepção, referem nos seus estatutos a importância de contribuir para a coesão dos militares, bem como para a dignificação e prestígio da instituição.

Estes factos demonstram que as FA, as APM e o poder político comungam das mesmas preocupações e afinidades no que respeita à importância da instituição castrense no seio da sociedade e, como tal, têm que unir esforços para que tais objectivos sejam cumpridos. Ou seja, se existirem conflitos entre estes três organismos com responsabilidades para com os militares, a instituição castrense é a grande prejudicada e, por inerência, os militares que nela servem.

Actualmente as FA gozam de grande prestígio no seio da sociedade portuguesa, muito potenciado pela crescente participação em missões de interesse público e no seio das várias alianças às quais pertencemos. Helena Carreiras num inquérito à população sobre a defesa e FA, efectuado em 2009, onde os inquiridos são solicitados a avaliar o prestígio das várias profissões, conclui que os militares gozam de um “*significativo nível de prestígio, o qual se eleva à medida que se sobe na hierarquia*”.

A dignificação e prestígio das FA só se consegue, de facto, se existir uma estratégia conjunta ao nível das APM, hierarquia militar e responsáveis políticos, na consecução de tais objectivos e pondo em prática aquilo que está esboçado e é referido em diversas leis, programas e discursos.

g. Síntese conclusiva

Actualmente os interesses dos militares vão muito para além do dever cumprido de outros tempos. Estes comparam-se com os cidadãos civis e sofrem as influências da economia de mercado, exigindo condições e compensações semelhantes. No entanto não

⁵⁷ EMFAR com as alterações e rectificações introduzidas até 11 de Setembro de 2007. Vem também referido no artigo 109º, Juramento de Fidelidade, “*contribuir com todas as minhas capacidades para o prestígio das FA...*”



abdicam da sua especificidade, a condição militar, que, se cumprida de acordo com a lei, lhes garante a compreensão da sua função e ajusta o equilíbrio entre direitos e deveres.

A IM rege-se por valores considerados essenciais, como coesão e disciplina que, aliados a outros, são o centro de gravidade que sustentam a organização castrense. O respeito por estes valores são o garante do prestígio e da dignidade da função militar, contribuindo para que as FA sejam consideradas um pilar fundamental do Estado de direito democrático.

Também se constata por um lado que os interesses dos militares e os valores da instituição gravitam em torno da condição militar, sendo esta a essência das APM e da IM. Embora existam focos de divergência no que concerne a direitos de cidadania e compensações materiais, estes são considerados menores quando está em causa a coesão dos militares, pelo que é defendido por todos a questão da especificidade militar e a diferenciação face ao funcionalismo público. Por outro lado é essencial um entendimento estratégico entre chefias militares, APM e poder político para se alcançar a dignidade e prestígio das FA e dos seus militares.

Face à defesa da profissão é de salientar o papel fundamental das APM, que utilizando as plataformas de informação disponíveis, em particular a comunicação social, podem fazer chegar à sociedade, de uma forma menos formal, os problemas da função, sensibilizando e moldando a opinião pública para a causa militar. Dever-se-á reflectir na possibilidade de existirem associações que integrem todas as categorias, visto estarmos a falar de uma profissão e não de classes separadas, unidas pela condição militar, no entanto também é de precaver o surgimento de múltiplas associações, concorrendo entre si e provocando cisões entre os militares.

Sobre a percepção do associativismo, é de realçar que tanto para militares como para civis, ele é importante para a defesa dos interesses socioprofissionais, sendo de salientar a necessidade da complementaridade APM - chefias militares. Para os civis o peso das APM na defesa dos interesses dos militares deve ser mais vincada no que diz respeito à defesa da instituição, sendo de opinião que essa função deve ser partilhada pelos chefes militares e pelo MDN, enquanto, pelo contrário, os militares não têm dúvidas que são os chefes que devem liderar a defesa desses interesses.

Face ao exposto é validada a H3, que considera que as APM só têm razão de existir se defenderem em simultâneo a instituição e os militares, podendo ser potenciada a sua



acção num maior envolvimento dos militares e das FA, fortalecendo a complementaridade e conjugando as suas acções, respondendo assim à QD3.



5. Conclusão

O associativismo militar é uma consequência da cada vez menor atenção do poder político para as questões militares, bem como da crescente dificuldade da hierarquia castrense em fazer valer as suas posições e assim defender com eficácia os interesses dos subordinados e os valores da instituição. Aliado a estes dois factores não pode ficar indissociável o facto de a nível internacional existir uma maior preocupação com o Homem, enquanto cidadão, nomeadamente no que concerne ao reforço de direitos, liberdades e garantias, com o objectivo de todos alcançarem a chamada cidadania plena, como forma de fortalecer o Estado de direito democrático e diminuir as desigualdades existentes, salvaguardando e reconhecendo a especificidade da função militar.

No estudo deste tema procuramos, de uma forma metodológica ao longo dos quatro capítulos apresentados, abordar as matérias que consideramos essenciais para caracterizar a actualidade do associativismo militar, bem como as suas perspectivas futuras.

No segundo capítulo identificamos os fundamentos do associativismo profissional militar, que teve a sua origem nos países do Norte da Europa no século XIX, não estando este fenómeno, historicamente, dissociado dos movimentos e grupos sociais que surgiram neste continente e que contribuíram para o nascimento do associativismo socioprofissional e sindicalismo nas sociedades modernas. Para ajudar na compreensão desta temática, analisámos, de uma forma geral, alguns países da Europa, e, em particular, dois com realidades diferentes: a Espanha, que partilha laços históricos com a nossa cultura e que, à semelhança do nosso país, reconheceu tardiamente o associativismo militar, estando actualmente em discussão um Projecto de Lei Orgânica sobre direitos e deveres dos militares das FA, propondo algumas soluções com interesse para a nossa realidade, a criação de um CPFA e de um Observatório da vida militar, como forma de integrar as APM e de monitorizar os aspectos inerentes à condição militar; e a Alemanha, país de cultura e tradições vincadas, nomeadamente no culto militar, e que reconheceu o seu associativismo no pós-guerra, em 1956, criando uma única APM, onde integra todas as categorias de militares em todas as formas de prestação de serviço, bem como civis com vínculo às FA, mantendo-se até hoje como uma organização sólida, reconhecida e respeitada pela opinião pública e pelos responsáveis políticos e militares, considerada uma solução eficaz para as aspirações dos militares e da instituição. Todos estes argumentos, identificam as causas e descrevem o associativismo na actualidade, dando resposta à QD1.



No terceiro capítulo, abordamos o associativismo militar em Portugal, onde se verificou que esta prática tem condicionamentos próprios derivados das características da IM que, de acordo com as especificidades da profissão militar, assenta o seu comportamento e actuação segundo normas de conduta que em nenhuma altura deve colidir com a condição militar. As alterações sociais, a evolução e transformação das FA e o actual relacionamento entre políticos e militares têm contribuído para que haja uma aproximação de partilha de valores comuns entre a IM e a sociedade civil, fomentando a prática associativa. É de realçar a recusa do envolvimento político na esfera militar, materializada na repulsa do sindicalismo no seio das FA, bem como a desconfiança que alguns militares vêem no actual modelo de nomeação da hierarquia castrense. Verifica-se actualmente em Portugal que o associativismo militar está a entrar numa fase de amadurecimento e aceitação o que, aliado a algumas propostas de funcionamento, poderá potenciar a sua actividade. No entanto, a nível legal e formal ainda existem alguns condicionamentos que, na nossa opinião e na de alguns autores, limitam a sua capacidade de intervenção. Depois de apresentarmos estes argumentos, consideramos que a QD2 está respondida.

No quarto capítulo, abordamos a defesa dos militares e da instituição, onde é feita uma síntese dos interesses daqueles que integram as fileiras das FA, bem como os valores em que assenta a organização, ficando demonstrado que ambos gravitam em torno de um pilar considerado fundamental para a família castrense, a condição militar. Complementámos esta análise com um questionário de percepção feito a civis e militares, onde é claramente verificada a importância de existir um eixo APM-chefias militares, coordenado e sincronizado na defesa das questões militares, de forma independente, mas complementando-se nas acções, a fim de evitar conflitos entre a família militar e contribuindo para a dignificação e prestígio dos militares e das FA. Com o incremento da coordenação entre os vários intervenientes nos assuntos militares, o associativismo pode ser potenciado e valorizado, dando resposta à QD3.

Face ao exposto durante todo o estudo e tendo em atenção a QC apresentada: de que forma pode o associativismo militar contribuir em simultâneo para a defesa dos interesses dos militares e das FA? Revela-se o seguinte como resposta à principal orientação da nossa investigação:

As APM só têm razão de existir se defenderem em simultâneo os militares e a instituição, tendo como base a condição militar e actuando de uma forma supletiva e



independente em relação à hierarquia das FA na defesa dos interesses socioprofissionais e da instituição, utilizando a comunicação social para potenciar a mensagem junto da opinião pública.

O perigo de existirem conflitos entre as APM e as chefias militares é uma realidade, no entanto estes têm que ser esgrimidos com cautela, sendo essencial existirem fóruns próprios onde as APM, podem defender os interesses dos seus associados.

A IM está subordinada ao poder político, tendo este a responsabilidade de legislar e aprovar o orçamento para as FA, com impacto directo nas condições de vida e trabalho dos militares, pelo que é essencial que exista ao nível ministerial uma entidade ou órgão que represente formalmente as APM que, de modo complementar, vão reforçar algumas preocupações, de âmbito exclusivamente socioprofissional, que as chefias militares fazem chegar pelos seus próprios canais.

Verifica-se que em Portugal a defesa dos interesses dos militares é efectuada de uma forma dual, através da hierarquia e das APM, gravitando as reivindicações em torno da «condição militar», sustentada e discriminada em diversos regulamentos, em particular pela LBECM, sendo imprescindível existir um órgão que fiscalize e monitorize o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado para com a família militar.

Pensamos também que a existência de uma APM que integre todas as categorias evitaria que as actuais associações fossem vistas como meras representantes de «classes», conseguindo unir esforços na defesa da condição militar e de todos aqueles que servem a instituição, aumentando a coesão dentro do meio castrense.

De acordo com as conclusões apresentadas e de forma a contribuir para a melhoria da prática associativa em Portugal, bem como da dignificação e prestígio da função militar, concebemos as seguintes propostas:

Ao nível da articulação entre o MDN, a IM e as APM:

- Constituição de um Conselho de Pessoal das FA (estudo de caso, Espanha), para ligação ao MDN, onde deverá estar sediado. Devem fazer parte deste Conselho os representantes das APM e do MDN, para tratar assuntos de âmbito, exclusivamente, socioprofissional relacionados com a condição militar, podendo os membros do Conselho apresentar propostas e sugestões sobre os interesses e preocupações dos militares. O Conselho deve reunir com periodicidade definida. Evita-se assim, a participação «ad-hoc», em Comissões e GT, sobre temas puramente socioprofissionais, liderados pelo MDN, onde por vezes a participação das APM é negligenciada.



– Criação de um Observatório sobre a profissão militar (estudo de caso, Espanha), do tipo órgão colegial, de carácter assistencial e consultivo para analisar permanentemente a «condição militar» e a forma como o Estado cumpre e defende os interesses dos membros das FA. O Observatório deve ser composto por membros nomeados pela AR e pelo PR, devendo fazer parte deste órgão personalidades destacadas da sociedade com actividade e curriculum na defesa dos direitos humanos. Deve funcionar administrativamente no MDN, mas sob a dependência da AR.

Ao nível da discussão, tendo como objectivo, aprofundar o conhecimento e uma vez que este trabalho decorre num Instituto de ensino militar, não poderíamos de deixar de sugerir a promoção de:

– Debates (tipo: seminário, painel, workshop, ou outra actividade similar), no sentido de avaliar outros modelos de associativismo, como por exemplo, a criação de uma associação única (estudo de caso, Alemanha), que represente todas as categorias de militares, nas diversas formas de prestação de serviço, de forma a alterar a actual lei do associativismo militar.

Finalmente consideramos que seria importante, como ideias para futuras investigações, nomeadamente:

– Analisar as causas dos diferentes modelos de associativismo vigentes nos países do Sul e do Norte da Europa, a fim de compreender e perspectivar futuras formas de reivindicação militar.

– Estudar a possibilidade de existir dentro da estrutura militar órgãos (tipo CASE) com capacidade de transmitir à hierarquia militar as preocupações do foro socioprofissional, a fim de complementar a acção de comando.

Esta investigação demonstra assim a importância do associativismo no seio das FA, bem como a necessidade de compreender e acompanhar as aspirações dos militares, como soldados e como homens, numa sociedade cada vez mais exigente e em constante transformação.

“O ser humano é na sua essência um ser insatisfeito e que continuamente procura alcançar a satisfação das necessidades sentidas – e é pois aqui que reside a essência da evolução/mudança social existente em qualquer sociedade” (Baltazar, 2011).



Bibliografia

a. Monografias:

AMARAL, Diogo Freitas (1983). *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas: Textos, discursos e trabalhos preparatórios*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

BALTAZAR, Maria da Saudade (2005). *As Forças Armadas Portuguesas: Desafios de uma Sociedade em Mudança*. Caleidoscópio.

CARRILHO, Maria (1994). *Democracia e Defesa: Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*. Publicações Dom Quixote.

CARRILHO, Maria (1985). *As Forças Armadas e a mudança política em Portugal no Século XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Estudos Gerais. Série Universitária.

CARREIRAS, Helena (1997). *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.

CORREIA, António Damasceno (2008). *As Relações Laborais em Portugal*. Lisboa: Editora RH.

DAVID, Charles-Philippe (2001). *A Guerra e a Paz. Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget.

DIAMOND, Larry, PLATTNER, Marc F. (1996). *Civil-Military Relations and Democracy*. London: The Johns Hopkins University Press.

EDMONDS, Martin (1988). *Armed Services and Society*. London: Leicester University Press.

FERREIRA, José Medeiros (1992). *O Comportamento Político dos Militares – forças armadas e regimes políticos no século XX*. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa.

GOUVEIA, Jorge Bacelar (2001). *Reflexões sobre a 5ª Revisão da Constituição Portuguesa*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade Direito Lisboa.

HUNTIGTON, Samuel P. (1981). *The Soldier and The State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. London: The Belknap Press of Harvard University Press.

JANOWITZ, Morris (1971). *The Professional Soldier*. The Free Press.



JOINET, Louis, e tal. (2010). *Associativismo e Sindicalismo Judiciários. Uma realidade incontornável nas Democracias Modernas*. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

MORAIS, Carlos Blanco, ARAÚJO, António, LEITÃO, Alexandra (2000). *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto de Defesa Nacional.

PIMENTEL, Luís (2008). *A Restrição de Direitos aos Militares das Forças Armadas*. Lisboa: aafdl.

KARSTEN, Peter (1998). *The Military and Society. Civil-Military Relations*. University of Pittsburgh.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora.

ROGEIRO, Nuno (2002). *Guerra em Paz: A Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial*. Lisboa: Hugin.

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito (2000). *Um Testemunho do Presente para o Futuro*. Lisboa: [s.n.].

SANTOS, Loureiro dos (2009). *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem: Reflexões sobre Estratégia VI*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

SANTOS, Loureiro dos (2006). *O Império Debaixo de Fogo, Ofensiva Contra a Ordem Internacional Unipolar: Reflexões sobre Estratégia V*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

SANTOS, Loureiro dos (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio: Reflexões sobre Estratégia II*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

SANTOS, Loureiro dos (2000). *Reflexões Sobre Estratégia: Temas de Defesa e Segurança*. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

SOUSA, Fernando de (1993). *Análise da Tendência Institucional - Ocupacional dos Oficiais do Exército Português*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

THIEBLEMONT, Andre (1999). *Cultures et Logiques Militaires*. Paris: Presses Universitaires de France.



TORRES, António Maria M. Pinheiro (2010). *Direitos do Homem*. Lisboa. Prefácio.

VALENTE, Vasco Pulido (1997). *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VAZ, Nuno Mira (2002). *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Edições Cosmo. Instituto de Defesa Nacional.

VIEIRA, Belchior (2002). *Liderança Militar*. Lisboa: Edições Atena, Lda.

b. Participação em monografias e artigos de publicação em série:

ANDRÉ, Maria Helena (2008). *Os desafios do sindicalismo europeu*. Lisboa: JANUS, nº 11, Janeiro a Dezembro de 2008, p. 192-193.

BÁRCIA, Paulo (2008). *A OIT e a regulação da globalização*. Lisboa: JANUS, nº 11, Janeiro a Dezembro de 2008, p. 198-199.

BRANCO, Carlos Manuel Gervásio (2003). *Associativismo Militar*. Lisboa: Pela Lei e Pela Grei, Ano XV, nº 57, Janeiro a Março de 2003, p. 9-11.

ESTANQUE, Elísio (2008). *Sindicalismo e movimentos sociais*. Lisboa: JANUS, nº 11, Janeiro a Dezembro de 2008, p. 184-185.

ESTANQUE, Elísio (2008). *Entre os velhos e os novos activismos*. Lisboa: JANUS, nº 11, Janeiro a Dezembro de 2008, p. 186-187.

MOURA, Almeida de (2003). *O Papel dos Militares na Sociedade*. Lisboa: Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXXXIII Abril a Junho de 2003, p.251-288.

RODRIGUES, Bernardo Alonso (2009). *Valores y Virtudes Militares*. Madrid: Documentos de Seguridad y Defensa, nº 23, Enero de 2009, p.29-54.

RODRIGUES, Eurico Manuel Curates (2004). *Incursões no Domínio da Profissionalização das Forças Armadas*. Lisboa: Revista Militar, nº 2425 a 2426, Fevereiro a Março de 2004, p. 201-213.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz (2005). *Forças Armadas. A Instituição e as Associações*. Lisboa: Temas e Relexões, nº4, Setembro de 2005, p.1-11.

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito (2001). *A Condição Militar e os Direitos de Cidadania dos Militares*. Lisboa: Revista Militar. 53ºVolume - Nº 6/7.



VAZ, Nuno Mira (2009). *Lealdade e Obediência do Chefe Militar*. Lisboa: Revista Militar, nº 2495, Dezembro de 2009, p. 1635-1651.

VAZ, Nuno Mira (2005). *Associativismo Militar*. Lisboa. Revista Militar, nº 2446, Novembro de 2005, p.1203-1214.

VAZ, Nuno Mira (2004). *Reflexão sobre a profissionalização das Forças Armadas*. Lisboa: Revista Militar, nº 2425 a 2426, Fevereiro a Março de 2004, p. 185-199.

VAZ, Nuno Mira (2001). *A Profissão Militar*. Lisboa: Nação e Defesa, nº 98, Verão 2001, p. 49-72.

c. Trabalhos:

ARANHA, Cor Inf José Casimiro Gomes Gonçalves (1990). *O Sindicalismo nas Forças Armadas: Perspectivas em Portugal*. TILD do CSCD 1989/90. Lisboa: IAEM.

BOGAS, António Manuel de Oliveira (2007). *Exercício do Direito de Associação pelos membros das Forças Armadas e Forças de Segurança*. Trabalho de Investigação do CPOS GNR 2007. Lisboa: IESM.

BOGAS, António Manuel de Oliveira (2007). *Restrição ao Exercício de Direitos Fundamentais pelos Militares*. Trabalho de Investigação do CPOS GNR 2007. Lisboa: IESM.

MEXIA, César Augusto Martins (2009). *Dinâmicas do Associativismo Militar em Portugal*. Dissertação apresentada na Universidade de Aveiro para Obtenção do Grau de Mestre. Aveiro: Universidade de Aveiro.

SALGADO, Pedro Nuno da Costa (2003). *O Associativismo nas Forças Armadas e a sua Relação com o Poder Político e com a Hierarquia Militar*. TILD do CEM 2001/2003. Lisboa: IAEM.



d. Sítios na Internet:

CERVILLA, Paloma (2010). *El borrador del proyecto de ley diseña un «sindicalismo consultivo» en los Ejércitos* [em linha]. [Referência de 28 de Novembro de 2010].

Disponível na internet em:

<<http://www.abc.es/20100416/nacional-defensa/asociaciones-militares-podran-celebrar-20100416.html>>

COLAÇO, António Bernardo (2006?). *O Associativismo Profissional Militar – um referencial do 25 de Abril* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível

na internet em:

<http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=274>

Convenção nº87 da OIT [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível em:

http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/conv/conv_87.pdf

Convenção nº87 da OIT [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.oit.org/public/portugue/region/ampro/brasilia/info/download/conv_98.pdf>

Convenção nº87 da OIT [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/old/cartilha__151_PDF.pdf>

Convenção Europeia dos Direitos do Homem [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:

<www.cuidarcrianca.com/index.php?option=com_docman&task.>

Declaração Universal dos Direitos do Homem [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/dudh.pdf>

El borrador del proyecto de ley diseña un «sindicalismo consultivo» en los Ejércitos [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://www.abc.es/20100416/nacional-defensa/asociaciones-militares-podran-celebrar-20100416.html>>



FERREIRA, José Brandão (2005). *Ainda a Condição Militar* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view>>

FONTES, Carlos (2011). *Valores* [em linha]. [Referência de 15 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em:

<<http://afilosofia.no.sapo.pt/10valores.htm>>

FRAGA, Luis Alves de (...). *As Associações Profissionais Militares* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://asmir.pt/?pag=79>>

LEAL, José Manuel Santos de Faria (2006). *A Casa Militar do Presidente da República* [em linha]. [Referência de 15 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/print.php?id=79>>

MOYA, M. Ángeles (2010). *En marcha la nueva Ley de Derechos y Deberes* [em linha]. [Referência de 28 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.revistatenea.es/RevistaAtenea/REVISTA/articulos/GestionNoticias_1426_ES.P.asp>

NARRO, Juan (2010). *Ley Orgánica de Derechos y Deberes de las Fuerzas Armadas* [em linha]. [Referência de 29 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.revistatenea.es/RevistaAtenea/REVISTA/articulos/GestionNoticias_1433_ES.P.asp>

NEE, Lim Ann (2002). *The Professional Soldier* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.mindef.gov.sg/safti/pointer/back/journals/2002/Vol28_3/5.htm>

ORTEGA, Jorge (2010). *La Ley de Derecchos y Deberes del Militar* [em linha]. [Referência de 28 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.revistatenea.es/RevistaAtenea/REVISTA/articulos/GestionNoticias_1432_ES.P.asp>

Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>>



Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/pidesc.pdf>

RODRIGUES, Alexandre Reis (2005). *Associativismo Militar. Uma Crise Anunciada* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=262>

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito (2009). Editorial - *O Final do Serviço Militar Obrigatório* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=434>>

SANTOS, Garcia dos (2006?). *Associativismo Militar* [em linha]. [Referência de 26 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:

<<http://asmir.pt/?pag=79>>

SANTOS, José Rodrigues dos (2006). *Modelos de Análise da Profissão Militar* [em linha]. [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em:

<http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/modpro_mil.pdf>

SANTOS, José Rodrigues dos (2006). *O Papel das Ciências Sociais na Formação dos Oficiais* [em linha]. [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em:

<http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/form_oficiais.pdf>

e. Outros:

Anuário Estatístico da Defesa Nacional (2000). Ministério da Defesa Nacional.

Anuário Estatístico da Defesa Nacional (2008). Ministério da Defesa Nacional.

Colóquio Parlamentar (1994). *O Futuro das Forças Armadas*. Lisboa: Assembleia da República, Comissão de Defesa Nacional.

Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática e Outras Anomalias (2007). *Relatório*.

Dicionário da Língua Portuguesa (2009). Porto: Porto Editora.

IESM. (2010). *Norma de execução permanente nº 218, Trabalhos de investigação*. Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.



Inquérito à Opinião Pública (1993). *A Nação e as Questões de Segurança e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Programa do XVIII Governo Constitucional (2009-2013).

Segundo Inquérito à Opinião Pública (1992). *A Nação e as Questões de Segurança e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

f. Legislação:

Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto (Sétima revisão constitucional).

Lei Orgânica nº 2/2009, de 22 de Julho (Regulamento de Disciplina Militar).

Lei Orgânica nº 4/2001, de 30 de Agosto (Alteração do artigo 31º da Lei 29/82, de 11 de Dezembro (LDNFA)).

Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto (Lei do direito de associação profissional dos militares).

Lei Orgânica nº 3/99, de 18 de Setembro (Quinta alteração da LDNFA).

Lei nº 31-A/2009, de 7 de Julho (Lei de Defesa Nacional).

Lei nº 61/2008, de 31 de Outubro (Código Civil).

Lei nº 100/2003, de 15 de Novembro (Código de Justiça Militar).

Lei nº 174/99 de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar).

Lei nº 11/89, de 1 de Junho (Bases gerais do estatuto de condição militar).

Lei nº 65/78 de 13 de Outubro (Convenção Europeia dos Direitos do Homem).

Decreto-Lei nº 295/2007, de 22 de Agosto (Estatuto dos dirigentes das APM)

Decreto-Lei nº 310/2007, de 11 de Setembro (Alteração ao EMFAR).

Decreto-Lei nº 279-A/2001, de 19 de Outubro (Aplicação da licença especial a que se refere o artigo 31º -F da LDNFA, na redacção introduzida pela Lei nº 4/2001, de 30 de Agosto).

Decreto-Lei nº 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar).

Decreto-Lei nº 236/99, de 25 de Junho (Estatuto dos Militares das Forças Armadas).



Decreto-Lei nº 142/77, de 9 de Abril (Regulamento de Disciplina Militar).

Portaria nº 368/76 de 10 de Julho (Regulamento dos Conselhos das Armas e Serviços do Exército).

Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948.

Carta Social Europeia (Conselho da Europa). (Adoptada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996), (Entrada em vigor na ordem internacional: 1 de Julho de 1999).

Convenção n.º 151 da OIT Relativa à Protecção do Direito de Organização e aos Processos de Fixação das Condições de Trabalho da Função Pública (Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 64.ª sessão, em Genebra, a 27 de Junho de 1978. Entrada em vigor na ordem internacional: 25 de Fevereiro de 1981).

Convenção nº 98, sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Sindicalização e de Negociação Colectiva (Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 32.ª reunião, em Genebra, a 1 de Julho de 1949).

Convenção nº 87, sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical (Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 31.ª reunião, em São Francisco, a 9 de Julho de 1948).

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Adoptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966), (Entrada em vigor na ordem internacional: 3 de Janeiro de 1976, em conformidade com o artigo 27º).

Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos (1966) (Adoptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966), (Entrada em vigor na ordem internacional: 23 de Março de 1976, em conformidade com o artigo 49º).



g. Entrevistas:

ARANHA, Tenente-General (Ref.) Gonçalves (2010) – Ex. VCEME [27 de Novembro de 2010]

BALTAZAR, Professora Doutora Saudade (2011) – Socióloga/Docente da UE [09 de Março de 2011]

CARDOSO, Tenente-General Oliveira (2011) – VCEME [09 de Fevereiro de 2011]

COELHO, Dr. Alberto (2010) – Director da DGPRM/MDN [30 de Dezembro de 2010]

COELHO, Sargento-Chefe Lima (2010) – Presidente da ANS [15 de Dezembro de 2010]

EANES, General (Ref.) (2011) – Ex. Presidente da República [03 de Maio de 2011]

FIGUEIREDO, Coronel Tasso (Ref.) (2010) – Secretário da AOFA [07 de Dezembro de 2010]

FIGUEIREDO, Tenente-General Luís (2011) – VCEMFA [01 de Março de 2011]

FRANCO, Coronel Jara (2010) – Presidente da AOFA [07 de Dezembro de 2010]

GOUVEIA, Professor Doutor Jorge Bacelar (2011) – Constitucionalista/Deputado [07 de Janeiro de 2011]

LOPES, Vice-Almirante Bonifácio (2011) – Superintendente dos Serviços do Pessoal da Marinha [02 de Fevereiro de 2011]

PALMA, Dr. João (2011) – Presidente do SMMP [23 de Fevereiro de 2011]

PIRES, Coronel Alpedrinha (2010) – Ex. Presidente da AOFA [27 de Outubro de 2010]

SANTOS, General Loureiro dos (Ref.) (2011) – Ex. MDN/VCEMGFA/CEME [03 de Janeiro de 2011]

h. Questionários:

COELHO, Sargento-Chefe Lima (2011) – Presidente da ANS [15 de Fevereiro de 2011]

GASPAR, Coronel Alves (2011) – Adido Militar em Berlim/Alemanha [15 de Fevereiro de 2011]



MENDONÇA, Coronel Tito (2011) – Adido Militar em Madrid/Espanha [09 de Março de 2011]

SOARES, Rosalino (2010) – Presidente da ANCE [12 de Dezembro de 2010]



ANEXO



Anexo A – Respostas às QD solicitadas a Sua Ex^a General Ramalho Eanes

1. *Quais os fundamentos do actual modelo de associativismo?*

Para se perceber bem os fundamentos do actual associativismo militar temos de recuar na história e reflectir sobre a relação entre os Exércitos, a Sociedade Civil e o Poder Político, face às ideologias vigentes na sociedade ao longo do tempo.

Às «Forças Armadas» da sociedade estamentária suceder-se-iam os Exércitos Permanentes do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVII. O «apego» à pessoa do soberano, o chamado «lealismo dinástico», motivava, sobretudo os seus oficiais, a empenharem a vida nas guerras travadas pelo monarca.

É a Revolução Francesa que transubstancia os Exércitos, que os leva a substituir esse lealismo à pessoa do soberano pelo patriotismo moderno. Desta transferência, símbolo é a batalha de Valmy, onde, pela primeira vez, os soldados franceses se batem com o grito de “Viva a nação”¹. De tanta relevância histórica foi esta mudança que Goethe dúvidas não teve em considerá-la “um momento decisivo na história da humanidade”².

É o sentimento histórico gerado e alimentado pela Revolução Francesa que vai desenvolver-se, e ser interiorizado, na acção de resistência aos reis e na defesa do território nacional contra o invasor. Território nacional, povo e sua soberania sempre ameaçados pela guerra, também depois da Revolução Francesa, que determinaram que o Poder Político e a Sociedade Civil considerassem e respondessem «à singularidade militar», reconhecessem e respondessem às exigências globais da chamada «condição militar».

A propósito dessa incessante, sentida e real ameaça, sempre perfilada no presente e futuro dos povos, disse Kant que “Nenhum Estado, em relação a outro, se encontra um só instante seguro quanto à sua independência ou propriedade”³.

Perante este quadro de permanente ameaça à soberania dos povos – dos seus Estados – e para cabal resposta dar às exigências decorrentes, pretendeu a conceptualização

¹ RÉMOND, René - *L'Ancien Régime et la Révolution. 1750-1815*, S.l.: Éditions du Seuil, 1974. Col. Histoire, nº 12. Vol 1: Introduction à l'histoire de notre temps, p.192

² Cit. In. RÉMOND, René - *L'Ancien Régime et la Révolution*. Vol 1. p.192

³ KANT, Immanuel - *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004 (col. Textos filosóficos, 18). p.101



republicana moderna criar o homem-cidadão e privilegiar, mais do que tudo, “o sacrifício do indivíduo ao superior interesse da cidade”⁴.

Interesse matricial superior do Estado soberano era a perene salvaguarda da própria soberania, que a Revolução Francesa devolveu ao povo, que considerava seu titular originário, único e permanente.

Na sequência desta conceptualização, a republicana, a todos os cidadãos física e intelectualmente capazes cabe a responsabilidade social de se empenharem na guerra para preservar a soberania do País, ou para defender outros interesses seus, considerados superiores. Entendimento, este, que conduziu à Conscrição, ao Serviço Militar Obrigatório e, sempre que necessário, à mobilização progressiva de reservistas ou, mesmo, à mobilização geral.

A preparação militar da Nação – o Exército era considerado a Nação em armas – e a condução militar (que não a política) da guerra exigiam quadros permanentes, tecnicamente preparados, liderantemente capazes, racionalmente motivados e capazes de motivarem as tropas, sobretudo em campanha.

Mas porque, especialmente em campanha, a vida e a morte andam de mãos dadas, indispensável se tornava «transcendentalizar» a mui singular função militar. Transcendência que plasmada seria no Amor à Pátria (na defesa, com a vida, da Nação enquanto realidade transtemporal, essencialmente cultural, feita pela tradição distintiva de um povo) e ao seu Povo (realidade temporal do presente e constituída por todos os que habitam e labutam num dado território, sujeitos a Poder Político comum). Transcendência da missão institucional, aliás bem visível, com frequência, em estandartes militares: *Dulce et decorum est pro patria mori*.

Para bem e generalizadamente se interiorizar esta mística, se criou ou desenvolveu a chamada «Condição Militar», e, mesmo, a impropriamente designada «Sociedade Militar».

Com o culto dos heróis da Nação, com a «Condição Militar», terá o Poder Político pretendido mostrar que percebia, aceitava e considerava a especificidade da Instituição Militar e as suas necessidades e aspirações; enfim, a sua moral de perene doação à Pátria. Com a «Sociedade Militar» se terá pretendido mostrar que se reconheceria a distintividade

⁴ TOURAINE, Alain – *Qu'est-ce que la démocratie ?*. Paris: Fayard, 1994. p.23



institucional militar, que se lhe atribuíam as condições e a responsabilidade política necessárias para bem operacionalizar essa sua singularidade.

Assim, a “Sociedade Militar” tem o seu território (quartéis), as suas fronteiras/muros separadores da Sociedade Civil, as suas alfândegas (portas de armas), a sua indumentária, a sua linguagem, as suas tradições, os seus usos, o seu cerimonial, as suas honras e códigos. Sujeitos eram, ainda, os militares, segundo Grimaldi⁵, a mais e mais rigorosos deveres, a uma fraternidade de obediência e a uma ideologia formal (hierarquia, disciplina e unidade) promotora de competência, eficácia e, acima de tudo, de uma cultura institucional sacrificial. Sociedade Militar, esta, a que atribuídas eram, mesmo, a gestão legal e a direcção governativa militar de alguns dos mais importantes subsistemas: justiça militar, saúde militar e, até, só já em certa medida, educação militar.

Com o culto dos heróis – através de condecorações, (póstumas, sobretudo), de monumentos, da literatura e história – se procurava gratificação de imortalidade acolhida pela história (Nação) e reconhecida pelo Povo (através do ensino da história, da realização de comemorações evocativas etc.).

O Poder Político punha nas mãos da Instituição Militar a defesa da soberania do Estado e, para isso, confiava-lhe as armas e exigia-lhe que uso nacionalmente virtuoso delas fizesse sempre. Exigia, também, da Instituição Militar, um juramento de honra – o juramento de bandeira –, realizado em situação de livre acesso e presença da Sociedade Civil. E, rememorando a assunção desse compromisso, a Instituição Militar hasteava, com uma força militar (guarda de honra), nos dias festivos, a bandeira nacional.

Enfim, dado o interesse nacionalmente insubstituível da acção militar, para a perenização da soberania – das liberdades – tudo se fazia para lhe garantir eficácia máxima, privilegiando, assim, como factor de primacial importância a defesa da Pátria e a correlativa cultura institucional sacrificial. Cultura sacrificial que, se enformava a Instituição Militar, residia também no Povo, na Sociedade Civil, que aceitava, complacentemente, que os seus filhos e maridos fossem chamados às armas e à guerra; cultura sacrificial, a da condição militar, que os Estados-Nação modernos cultivaram, com as Sociedades Cívicas e com o seu Poder Político.

⁵ Cf. GRIMALDI, Nicolás – Observaciones de un ciudadano sobre el carácter enigmático de la sociedad civil. In ALVIRA, Rafael et alii., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. Pamplona: EUNSA, 1999 (col. Filosófica, nº 144). pp.21-23



Entre a Sociedade Militar e a Sociedade Civil e seu Poder Político havia como uma ligação umbilical inspirada geneticamente, na reconhecida indispensabilidade da defesa da nação, actualizadamente fomentada pela Conscrição que afectava quase todas as famílias. Dito de outra maneira, o Poder Político aceitava o funcionamento distintivamente autónomo da Instituição Militar porque os cidadãos e a cidade reconheciam a sua indispensabilidade e distintividade e, nela, tinha esperança confiante.

Neste quadro, os chefes militares, interlocutores institucionais com o Poder Político, pugnavam, perante ele, pela satisfação de necessidades legislativas, pelas compensações sociais e extensão naturalmente distintivada das novas condições que a evolução aportava às Sociedades Cívicas ou à acção militar. Os militares, em geral, confiavam na preocupação dos seus chefes (Chefes de Estado Maior e Comandante Supremo) com a sua situação e condição social. Assim, silenciosos se mantinham, mesmo quando a evolução da Democracia gerou a contestação laboral, a greve e a negociação colectiva.

A acelerada evolução democrática das sociedades, a partir de 1815, não só não foi capaz de evitar tenebrosos conflitos, mundiais nomeadamente, como de obstar, também, a tenebrosos totalitarismos. Ultrapassados, uns e outros, a evolução democrática – filosófica, primeiro, sociopolítica, depois – foi transferindo o centro de gravidade sociopolítico e cultural da cidade para o indivíduo.

Diz, filosoficamente, Touraine: “a ideia democrática (...) procura a unidade, a cultura democrática protege a diversidade; a primeira identifica a liberdade à cidadania; a segunda opõe os direitos do homem aos deveres do cidadão”⁶.

O “espírito republicano que se (...) preocupava com o homem-cidadão (...) e privilegiava sobretudo o sacrifício do indivíduo ao interesse superior da cidade (...) suscita desconfiança (...) é do Estado e de todas as formas de poder [– do militar inclusive] que temos medo”⁷.

Tema central da vida é agora a «Liberdade do Sujeito»; sujeito que é a construção do indivíduo (ou do grupo) como actor, pela associação da sua liberdade afirmada e da sua experiência vivida, assumidas e reinterpretadas; sujeito que resiste e se afirma, ao mesmo tempo, pelo seu particularismo e pelo seu desejo de liberdade, quer dizer, da criação dele próprio como actor.

⁶ TOURAINE, Alain – *Qu'est-ce que la démocratie ?*. p.25

⁷ TOURAINE, Alain – *Qu'est-ce que la démocratie ?*. p.23



Neste novo quadro de «ascensão democrática» – e agora, já, na vertente sociopolítica – a *negociação colectiva* foi uma das grandes conquistas da Democracia. Não poderia este novo movimento filosófico deixar de se estender a toda a sociedade democrática e, assim, as Forças Armadas.

Neste novo contexto, em que o Sujeito e os seus direitos democráticos tendem a supremaciar os antigos deveres para com a Cidade, a Condição Militar subsistirá, mas com um novo e diferente entendimento e com novas respostas.

O traço historicamente mais distintivo da Instituição Militar – o dever sacrificial patriótico – já não suprema e submete os direitos do Sujeito Militar, que tenderá a ser apenas, ocupacionalmente, profissionalmente, militar. *Os militares, sujeitos, assim, de direitos de realização sociopessoal, têm, tal como todos os outros cidadãos, o direito de estabelecer com o Estado – governo e Assembleia da República – uma nova interacção, de exigência e oportunidade, capaz de resposta encontrar para os seus direitos, necessidades e aspirações, respeitando, obviamente, a ética militar, o seu código deontológico e, mesmo, o essencial operativo da sua ideologia formal.* E só podem fazê-lo, com gratificante resultado pessoal e virtuosos resultados para a própria Instituição Militar, através de Associações Profissionais fortes, autónomas, eticamente auto-exigentes e hetero-exigentes (em especial, em relação ao Poder Político).

Encontrar o *justo equilíbrio* entre a nova concepção dos direitos inalienáveis do Sujeito-Militar e da Instituição Militar exige uma relação dialogicamente autêntica e sensível das Associações de Militares com as Chefias Militares e, sobretudo, com o Poder Político e com a Sociedade Civil.

É evidente que, para esta nova e complexa situação, despiciendo não terá sido também a crise dos valores ditos republicanos de uma sociedade que se transforma radicalmente, como despiciendo não terá sido também a mutação verificada na forma de interacção político-internacional (que passou da internacionalização para a globalização) e a emergência de grandes espaços económicos e políticos, que afectam a percepção da Sociedade Civil relativamente à soberania e à segurança em geral, e em consequência relativamente a necessidades de volumosas Forças Armadas. A interferir negativamente nesta situação está ainda o Estado democrático partidário, que submetido à pressão do voto, tende a prestar menor atenção e cuidados aos grandes corpos institucionais, como é o caso das Forças Armadas que, por razões de tradição e cultura, privilegia guardar a



descrição, o silêncio, sem visibilidade mediática, e sem cultura de acção reivindicativa, afastada, até afectivamente da Sociedade Civil (sobretudo pela abolição do Serviço Militar Obrigatório e pela diferente percepção das ameaças que sobre ela pendem). Com escasso peso eleitoral, as Forças Armadas perderam lugar nas preocupações dos políticos, o que, entre nós, tem tido muitas e variadas manifestações, inclusive numa “reavaliação relativa das carreiras que outrora estavam equiparadas”, em que a dos militares foi subalternizada (exemplo de quanto se acaba de afirmar é a degradação do sistema remuneratório dos militares relativamente às classes com que, até 1979, havia equiparação: entre 1979 e 1998 enquanto o valor da remuneração de base dos coronéis/capitães-de-mar-e-guerra tinha crescido 18,5 vezes, o correspondente aumento nas categorias de director de serviço, de professor catedrático e de juiz de círculo tinha sido de 21,1, 29,1 e de 41 vezes, respectivamente).

Concluir se deve que, se a sociedade evolui, se tudo nela se transforma – ajustadamente se devem transformar as suas organizações para que, mais ajustadamente também, possam prestar à sociedade o seu melhor trabalho civil (civil na acepção de Rafael Alvira: que é fazer o melhor, na sua especialização funcional societária, para melhor se preservar e se desenvolver a sociedade). Mudança, esta, que, no campo político-militar exige, a um tempo, abertura intelectual, prudência, paciência e ousadia, diálogo, respeito ético institucional e reivindicação responsável.

Há que reconhecer que fácil não é compatibilizar virtuosamente coesão e disciplina militares, indispensáveis ao cumprimento (civil) das missões militares não só com os novos valores e tendências sociais, mas sobretudo com o modelo social usado, nomeadamente na sua expressão reivindicativa.

Nesta nova era – a do Sujeito – resposta virtuosa se poderá procurar e encontrar – como, aliás, no-lo mostram vários países da NATO, com as Associações, estritamente reguladas, com jurídico acerto, autónomas na constituição e acção face às Chefias Militares e Governos democráticos, eticamente orientadas e controladas (autocontroladas por órgãos próprios), dialogicamente preocupadas com as Chefias Militares, Governo e, também, Sociedade Civil; enfim, associações capazes de tornarem sempre civil o seu propósito, a sua acção e, sobretudo, os seus resultados, numa demonstração exemplar, como convém à Instituição Militar e aos seus militares, de terem preocupação perene em realizar,



obviamente na acção – mas em toda a sua acção –, uma ética de convicções e, também, de responsabilidade.

2. Quais as potencialidades e as limitações do modelo de associativismo militar existente em Portugal?

O associativismo militar em Portugal, como noutros países, não é uma moda passageira. É, sim, em meu entender, uma realidade que a evolução da cultura democrática aportou à sociedade (como referido na resposta anterior).

Ao conceder justa primazia a todo o indivíduo, a todo o Sujeito, ao atribuir primazia aos direitos do homem sobre os deveres – «preconceito» do indivíduo –, ao cidadão sobre a cidade, abre um novo espaço à realização tendencialmente virtuosa da «libertação» do Homem, libertação, obviamente, com responsabilidade social de cada um. Procura-se, assim, com mais desenvolvido humanismo que a sociedade seja, no essencial, para o Homem; que a sociedade não seja abstractamente feliz (feliz só para alguns), mas que seja permanentemente o espaço e o instrumento de defesa e realização dos direitos do Homem, de todos os homens; que seja, enfim, espaço, condição e acção que, respectivamente, conceda e permita desenvolver a felicidade pessoal e social de cada um (o que implica, obviamente, que a reivindicação e o usufruto dos direitos do homem virtuosamente se compaginem com cuidada responsabilidade social).

Sabe-se, também, que, em Democracia – a forma e o fim das sociedades modernas –, indispensáveis são Forças Armadas competentes. Cabe aos chefes militares o comando e a representação institucional das Forças Armadas e cabe-lhes, naturalmente, *esperar e insistir* –, tendo em conta a situação do País – na atribuição de tudo o que seja necessário ao cumprimento eficaz da missão nacional que lhes foi atribuída pelo poder. Cabe-lhes, assim, alertar o Poder Político para os justos interesses da Instituição militar e dos seus membros.

Não lhes cabe, democraticamente, no entanto, reivindicativamente *exigir*. Indispensável é, pois, que outro actor social disponha dessa capacidade de exigência reivindicativa relativamente aos militares.

A esta questão responderam as Democracias europeias com diversas e diferentes soluções. Países há onde os militares se podem sindicalizar (Dinamarca, Finlândia e Noruega);



outros em que a representação se opera através dos comandos (Itália e Holanda), optando pelas Associações, sendo as questões socioeconómicas tratadas entre as Associações e as Comissões Parlamentares; outros há que atribuem a fixação remuneratória e o estabelecimento de condições de trabalho a Conselhos de Sábios (Irlanda, com o Conselho de Conciliação); e, em alguns outros (como é o caso da Grécia), permitido é o Associativismo Militar sem funções socioprofissionais.

Procura-se, pois, quase generalizadamente, que, de uma ou outra maneira, as exigências socioeconómicas dos militares sejam expressas claramente, por organizações legais, fortes se possível, democraticamente representativas, dialogicamente preocupadas e eticamente orientadas.

Indispensável é, pois, que em Portugal também – o que, teoricamente, já acontece com a Lei nº 3/2001 e com o Decreto-Lei nº 295/2007 (teoricamente porque, infelizmente para as próprias Forças Armadas, temos assistido a manifestações com militares fardados e, até, a uma manifestação de mulheres de militares) – o Poder Político e as Chefias Militares reconheçam às Associações a representação e defesa dos interesses profissionais socioeconómicos do sujeito militar, num quadro de clara e precisa responsabilidade, ética também.

Assim:

- Deve o Poder Político regular juridicamente, com abertura, suficiência e acerto o papel das Associações de Militares que, obviamente como organizações da Sociedade Civil, que são, devem ser autónomas (mesmo financeiramente), quer relativamente ao Poder Político, quer às Chefias Militares.
- A legislação que regula a constituição, organização e funcionamento das Associações de Militares deve proibir, claramente e sem tibieza:
 - Toda a actividade do tipo sindicalista ou de índole e fins partidários
 - Toda e qualquer interferência em questões de natureza operacional ou outras que pertençam, também, à cadeia de comando.
- Como qualquer outra actividade associativa, ter como responsáveis únicos os órgãos do governo legítimo e legal das Associações.



- Não iniciar nas Associações processos reivindicativos sem informar e ouvir as Forças Armadas (que, obviamente, sobre elas não têm direito de interferência e, assim, se limitariam a ser informadas e a emitir, se o desejassem, *opinião* sobre a adequação e oportunidade institucional dos mesmos). Destas situações deviam as Chefias Militares, por razões óbvias, informar o Poder Político.
- Qualquer Associação, só depois deste acto informativo, poderia propor ao Poder Político o conveniente diálogo. Em caso de grave dificuldade, ou insucesso negocial, deve assistir-lhe o direito de manifestar publicamente a sua posição; manifestações em que não poderiam *participar senão e só militares sem farda e sem qualquer símbolo militar* (sublinha-se que, dada a dignidade de que devem revestir-se tais actos, neles nunca poderiam participar familiares ou convidados).

Para as Associações de Militares, como disse já, *deve ser legalmente reconhecido o direito e estabelecido o dever* de:

- Se organizarem (nos termos da lei, obviamente)
- Estatuírem o seu funcionamento democrático, e terem os seus estatutos aprovados
- Funcionarem democraticamente, nos termos dos estatutos, sendo a sua acção governativa apreciada por um órgão, eleito também, que, em condições estatutariamente definidas, possa demitir o seu governo
- Disporem de um conselho de supervisão deontológica, que possa dirigir recomendações ao governo das Associações e fazer recomendações e propostas ao órgão com poderes de demissão do governo das Associações
- Manterem uma sistemática relação dialógica de confiança e informação com as Chefias Militares, e de informação e negociação com o Poder Político
- Informarem, com verdade e oportunidade, a Sociedade Civil da sua situação e das suas reivindicações
- Manifestarem-se publicamente para informar a Sociedade Civil, sensibilizá-la em seu apoio e para pressionar o Poder Político, fazendo-o, sempre, com a preocupação de defender a ética e a imagem pública dos militares.



3. Poderá o associativismo militar em Portugal ser potenciado na consecução dos propósitos dos militares e da instituição a que pertencem?

De muito interesse «civil» se pode revestir a acção das Associações Militares, se forem definidas legalmente, como se impõe, e autónomas e eticamente orientadas forem sempre.

Cabe a uma *Sociedade Civil* culta, informada e socialmente responsável tudo fazer para que o *Estado* – a sua mais importante e decisiva organização – seja, a um tempo só, transparente na sua acção, exemplarmente competente, no seu trabalho, rigoroso e oportuno na relação dialógica e, em especial, na informação, sobre a realização do bem comum com ele.

Ora, a *Sociedade Civil* é tanto mais informada, eficaz e exigente quão mais organizada estiver, quanto maior for o número de *organizações empenhadas na defesa dos diferentes interesses* que existem legitimamente na *Sociedade Civil*, sejam eles sociais, culturais, económicos, financeiros, políticos, religiosos, etc.

Só elas, só através delas, como diz Martín López, bem se operacionaliza a ideia da implicação pessoal dos seus membros na integração, “na conservação e no desenvolvimento dessa sociedade”⁸, isto é, na realização do bem comum, perspectivado para o presente (e para o futuro).

A relevância das instituições na sociedade é de tal monta e de tanto efeito que leva Dahrendorf a afirmar que “Se queremos ser livres, temos de trabalhar com as instituições e dentro delas, dando-lhes forma uma e outra vez nesse processo, quer dizer, construindo-as à imagem das oportunidades de liberdade aberta para nós em cada momento”⁹.

Enfim, deverão ser dados a conhecer à *Sociedade Civil*, com verídica e oportuna informação:

- As razões da indispensabilidade nacional «civil» das Forças Armadas, em situação de paz e de conflito

⁸ MARTÍN LÓPEZ – La responsabilidad de los ciudadanos en la construcción de la sociedad civil. In. ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. p.48

⁹ DAHRENDORF, R. – *Ley y orden*. Madrid: Editorial Civitas, 1994, p.157. Cit.In. MÚGICA, Fernando – La sociedad civil en contexto. In. ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. p.18



- A natureza, perfil e consequência possíveis das ameaças, de que a Sociedade Civil não pode alhear-se, não esquecendo a eventual evacuação de cidadãos nacionais de áreas de grande insegurança (áreas de perturbação ou contaminadas)
- As missões atribuídas, pelo Poder Político, às Forças Armadas, e os meios mínimos necessários para eficazmente lhes responderem
- A distintividade da condição militar e, logo, as devidas consequências
- O comportamento dos militares no desempenho das missões, quer em território nacional (em situações especiais), quer no estrangeiro e, em especial, nos PALOP
- A presença e acção dos Exércitos, e suas limitações de qualquer espécie em países vitimados por catástrofes (o Japão é um exemplo bem paradigmático e actual).

Depois, as associações militares enquanto instituições da Sociedade Civil, devem:

- Restabelecer uma comunicação de informação, de verdade e responsabilidade com a Sociedade Civil
- Levar os militares a melhor perceberem que, antes de serem militares de profissão, permanente (do Quadro Permanente) ou temporários (contratados), são sujeitos nacionais, com direitos iguais – no essencial – aos direitos dos outros; e perceberem que a diferença depende só da sua ímpar especialização, entre as numerosas especializações do sistema de serviços mútuos que é a Sociedade Civil
- Sentir que, nesse sistema de serviços mútuos que é a Sociedade Civil, lhes cabe a eles, em democrática actuação, mostrar o que são, o que fazem, e o que legitimamente exigem da Sociedade Civil e do seu órgão Estado
- Ganhar uma experiência de acção democrática, que não só se beneficie pessoalmente, mas que contribua, também, para a compreensão correcta das Forças Armadas pela Sociedade Civil
- Permitir, entre os militares, separar o trigo do joio, separar os que democrática e eticamente se batem pelos seus interesses, com confiante transparência e aqueles que persistem em desenvolver «acções cinzentas ou negras» de desinformação e publicidade



- Contribuir para a moral dos militares, esclarecendo-os do que cabe à Instituição Militar (às chefias), e do que cabe ao Governo, na satisfação dos seus legítimos interesses socioeconómicos
- Possibilitar que o povo e o seu Poder Político compreendam, e não se esqueçam, das famílias dos que morreram pela Nação e dos que, também ao serviço, da Nação, pela Nação se deficientaram
- Permitir, com firmeza e suficiente justificação, evitar acções de persuasão clandestina, tendentes a mobilizar militares para a reivindicação de condições sociais que, podendo ser justas em si, atentam formalmente contra a confiança que a ideologia formal das Forças Armadas pressupõe e exige (hierarquia, disciplina, unidade)
- Constituir uma via, imediata e directa, de actualizada informação das chefias sobre o «sentir» económico e social dos seus associados
- Permitir às chefias, quando considerarem justo esse «sentir social e económico» dos seus homens, informar o Poder Político, sem «formalmente» o pressionar
- Contribuir, com as suas justas reivindicações, eticamente formuladas, para a «moral dos militares», e, assim, para o seu bem-estar espiritual e para a sua eficácia
- Contribuir para preencher a perversa lacuna informativa existente entre a Sociedade Civil e as Forças Armadas
- Contribuir para que as Forças Armadas sintam que a sua especialização e trabalho militar é tão civil como civil é o trabalho de todos os outros actores da Sociedade Civil, que, preocupada e muito distintivamente, visa a sua preservação, modernização e desenvolvimento social
- Contribuir para reduzir a «distância» entre os militares (em qualquer situação), as suas chefias, e entre eles e a Sociedade Civil e, mesmo, entre eles e o Poder Político.



APÊNDICES



Apêndice 1 – Corpo de Conceitos

Associação Profissional

Agrupamento de pessoas reunidas com a finalidade de representar institucionalmente os seus associados, com carácter assistencial, deontológico ou socioprofissional (Porto Editora, 2009: 83)¹.

Coesão

Partilha de valores e objectivos comuns, alicerçados na camaradagem, que provoca um sentimento de solidariedade e respeito, limitado pela honra e disciplina, mantendo o grupo ligado e estruturado, mesmo quando submetido a condições de pressão externa que levariam cada membro, individualmente, ao abandono (Pimentel, 2008: 344).

Condição Militar

Conjunto de direitos e deveres, que sustentam a especificidade dos militares em relação aos demais cidadãos, que aliados aos princípios éticos da virtude e da honra, encorpam e diferenciam a actividade militar das demais classes profissionais, definindo também as orientações das respectivas carreiras².

É um conjunto vasto e complexo de direitos, deveres e situações que definem o específico enquadramento jurídico, deontológico, psicológico e material das FA, tendo por base a especial natureza das suas missões e das suas actividades e, portanto, atendendo também às concomitantes necessidades (Pimentel, 2008: 345).

Deontologia

O termo Deontologia surge das palavras gregas “déon, déontos” que significa dever e “lógos” que se traduz por discurso ou tratado. Sendo assim, a deontologia seria o tratado do dever ou o conjunto de deveres, princípios e normas adoptadas por um determinado grupo profissional. A deontologia é uma disciplina da ética especial adaptada ao exercício da uma profissão³.

¹ Definição implícita dos diversos Estatutos das APM (ASMIR, AOFA, ANS, AP e ANCE).

² Artigo 25º da LDN; artigo 2 do RDM; BGECEM (Lei 11/89).

³ [Em linha] [referência de 1 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.psicologia.com.pt/profissional/etica/>.



Ética⁴

Conjunto de normas e princípios morais que regem a conduta de uma pessoa, de um grupo ou de uma sociedade (Porto Editora, 2009: 317).

Do grego “ethiké” ou do latim “ethica” (ciência relativa aos costumes), ética é o domínio da filosofia que tem por objectivo o juízo de apreciação que distingue o bem e o mal, o comportamento correcto e o incorrecto. Os princípios éticos constituem-se enquanto directrizes, pelas quais o homem rege o seu comportamento, tendo em vista uma filosofia moral dignificante⁵.

Função Militar

Uma função é o desempenho de uma actividade ou de um cargo (Porto Editora, 2009: 354). Nas FA, o exercício de competências legalmente estabelecidas para os militares consideram-se funções militares. Estas classificam-se em: Comando, Direcção e Chefia, Estado-maior e Execução (Artigo 34º do EMFAR).

Instituição Militar

O conceito de instituição, em termos sociológicos está intimamente ligado ao de organização, sendo as duas palavras sinónimas quando se fala do meio castrense. Esta noção ganhou força quando os Estados sentiram a necessidade de possuir uma estrutura de defesa para garantir a sua segurança⁶ (Vieira, 2002: 24).

Destas abordagens, podemos definir IM como uma organização alicerçada em forças armadas, legítimas, com a finalidade de garantir a segurança e defesa do Estado.

Profissão

Actividade remunerada que se exerce regularmente e para a qual é necessária uma formação (Porto Editora, 2009: 593).

Uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de actividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público que os seus serviços são os únicos aceitáveis (Rodrigues, 2002: 20).

⁴ Os códigos de ética são dificilmente separáveis da deontologia profissional, pelo que não é pouco frequente os termos ética e deontologia serem utilizados indiferentemente.

⁵ [Em linha] [referência de 1 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.psicologia.com.pt/profissional/etica/>>.

⁶ Institucionalização da profissão militar a seguir à vitória prussiana sobre Napoleão III (Vieira, 2002: 24).



Sindicato

Associação permanente de trabalhadores para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais (DL 215-B/75, de 30 de Abril).

Sindicalismo

Movimento de associação de trabalhadores cuja estratégia fundamental visa a defesa dos seus interesses socioprofissionais (Correia, 2008: 37).



Apêndice 2 – Associações e Sindicatos na Europa¹

NORTE DA EUROPA

Dinamarca

Coexistem associações e sindicatos militares sem direito à greve, vigorando um sistema de representação dos militares em todos os níveis hierárquicos, desde as unidades até ao escalão da Defesa Nacional, existindo uma equiparação entre a função pública e os militares (Aranha, 1990: A-1);

Representação na EUROMIL: CS (Centralforeningen for Stampersonel), fundada em 1967, passa a integrar a EUROMIL em 1972 como membro efectivo, conta actualmente com 7.205 sócios, é um sindicato de Sargentos; HKKF (Haerens Konstabel - og Korporalforening), fundada em 1959, passa a integrar a EUROMIL em 1985 como membro efectivo, conta actualmente com 4.843 sócios, é um sindicato de Praças*.

Finlândia

Em 1918 aparece o movimento sindical militar, os militares gozam de plenos direitos, como o direito à greve e o acesso a uma Provedoria Militar, tendo gerado em 2005 uma situação constrangedora ao país, quando os dirigentes sindicais realizaram um boicote às operações internacionais do âmbito de apoio à paz (Mexia, 2009: 30).

Representação na EUROMIL: PL (Päällystöliitto ry), fundada em 1929, passa a integrar a EUROMIL em 1999 como membro efectivo, conta actualmente com 3.335 sócios, é um Sindicato de Oficiais (oriundos de Sargentos), no entanto existem outros dois sindicatos, um para Oficiais da Academia e outro para Sargentos*.

¹ De referir que desde 1973 existe uma organização não-governamental com o objectivo de representar os interesses sociais e profissionais dos militares a nível europeu, a «European Organization of Military Associations (EUROMIL)». Esta organização foi fundada por cinco países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Itália), actualmente conta com trinta e nove associações nacionais de vinte e seis países e representa mais de 500 mil militares.

* Fonte: <http://www.euromil.org/>, [Em Linha] [consultado em 18 de Fevereiro de 2011]; complementados pelos dados fornecidos em 23 de Janeiro de 2011, pelo Sargento-Chefe Lima Coelho, membro da direcção da EUROMIL desde 2006.



Noruega

Tem o mais antigo sindicato militar, criado em 1835, o Estado não reconhece diferenças entre militares e funcionários civis, no entanto restringe-lhe o direito à greve (Vaz, 2002: 213);

Suécia

Desde 1907 tem associações com capacidade de actividades sindicais, tem sindicatos de militares com direito à greve e estão ligados aos sindicatos da função pública (Coelho, 2011);

Representação na EUROMIL: OFFICERSFÖRBUNDET – SAMO (Swedish Association of Military Officers), fundada em 1907, passa a integrar a EUROMIL em 2010 como membro efectivo, conta actualmente com 8.803 sócios, é um sindicato de Oficiais com possibilidade de direito à greve*.

EUROPA CENTRAL

Alemanha

Criou em 1956 uma associação militar, considerada original, congrega todas as categorias de militares nas diversas formas de prestação de serviço, não têm direito à greve e não admite qualquer interferência política, religiosa ou sindical (Gaspar, 2011);

Representação na EUROMIL: DBwV (Deutscher BundeswehrVerband e.V.), fundada em 1956, passa a integrar a EUROMIL em 1972 como membro efectivo, conta actualmente com 206.873 sócios, é uma associação de militares que está ligada à Central Sindical VERDI*.

Bélgica

As primeiras associações aparecem em 1961, sendo convertidas em sindicatos em 1967, os militares gozam de todos os direitos que desfrutam os cidadãos Belgas, inclusive a filiação em partidos políticos, no entanto é-lhes proibido a participação pública e o direito à greve (Aranha, 1990:A-2);

Representação na EUROMIL: ACMP-CGPM (Algemene Centrale van het Militair Personeel Centrale Générale du Personne Militaire), fundada em 1909, passa a integrar a EUROMIL em 1972 como membro efectivo, conta actualmente com 7.659 sócios, é um sindicato de militares*.



França

O país de todas as liberdades só depois de 2000 é que viu o associativismo militar institucionalizar-se, no entanto com enormes reservas e limitações. O associativismo para os militares do activo é proibido em França (Mexia, 2009: 35);

Representação na EUROMIL: ADefDroMil (Association de Défense des Droits des Militaires), fundada em 2001, passa a integrar a EUROMIL em 2004 como membro efectivo, conta actualmente com 268 sócios, é uma associação que representa pessoal retirado (reserva/reforma)*.

Holanda

Teve a primeira associação em 1897, as associações têm representação desde as unidades até ao nível ministerial, têm direito à greve, mas os direitos dos militares estão restringidos por regulamentos militares; recentemente foram apresentadas propostas para que seja discutido o factor "direito à greve" no sentido de eventualmente o fazer cair (Coelho, 2011).

Representação na EUROMIL: AFMP-FNV (Algemene Federatie van Militair Personeel), fundada em 1898, passa a integrar a EUROMIL em 1982 como membro efectivo, conta actualmente com 17.733 sócios, é um sindicato de militares com possibilidade de direito à greve; MARVER-FNV (Marechausseevereniging), fundada em 1907, passa a integrar a EUROMIL em 2002 como membro efectivo, conta actualmente com 5.077 sócios, é um sindicato de Polícia Militar com possibilidade de direito à greve; AFMP/FNV e MARVER/FNV estão ambos integrados numa grande central sindical FNV*.

Inglaterra/Reino Unido

O fenómeno é recente, pois os direitos e deveres dos militares eram revistos pelo Parlamento de cinco em cinco anos, sendo proibida a actividade sindical ou associativa, actualmente existe uma associação criada em 2006, que congrega militares de todos os Ramos das FA, de todas as categorias e nas diversas formas de prestação de serviços, enquadra-se estatutariamente nos termos da lei geral (Mexia, 2009: 34).

Representação na EUROMIL: BAFF (British Armed Forces Federation), fundada em 2006, passa a integrar a EUROMIL em 2008 como observador, conta actualmente com 200 sócios, é uma associação de militares, onde a maioria dos seus membros são reformados*.



Irlanda

O movimento associativo iniciou-se na década de oitenta, tendo alguma dificuldade em ser reconhecida pelas autoridades militares e políticas, no entanto as suas fileiras engrossaram, albergando cerca de 90% dos efectivos, o que lhe permitiu não só o reconhecimento como a representatividade ao nível ministerial (Vaz, 213);

Representação na EUROMIL: PDFORRA (Permanent Defence Force Other Ranks Representative Association), fundada em 1989, passa a integrar a EUROMIL em 1990 como membro efectivo, conta actualmente com 7.934 sócios, é uma associação de Sargentos e Praças; RACO (Representative Association of Commissioned Officers), fundada em 1991, passa a integrar a EUROMIL em 2003 como membro efectivo, conta actualmente com 1.334 sócios, é uma associação de Oficiais*.

SUL DA EUROPA

Espanha

Em 1975 houve tentativas de se criarem organizações representativas, mas todas ligadas a movimentos de esquerda de cariz clandestino, a sua constituição foi proibida (Aranha, 1990: A-8). Em 2002 é aprovada a Lei Orgânica², que regulava o direito de associação com fins profissionais, embora não sendo uma lei específica para as FA, vai permitir aos militares constituir e fazer parte de associações. Actualmente está em discussão no Parlamento um Projecto de Lei Orgânica³ sobre direitos e deveres dos membros das FA, consagrando o direito ao associativismo profissional para militares.

Representação na EUROMIL: AMARTE (Asociación de Militares en Activo y Reserva/Retirados de los Tres Ejércitos y Cuerpos Comunes), fundada em 1988, passa a integrar a EUROMIL em 1998 como membro efectivo, conta actualmente com 1.154 sócios, é uma associação de militares na reserva e reforma e tem um forte pendor regionalista sendo a sua implantação muito centrada em Sevilha; AUME (Asociación Unificada de Militares Españoles), fundada em 2005, passa a integrar a EUROMIL em 2006 como membro efectivo, conta actualmente com 2.290 sócios, é uma associação de militares que representa militares em todas as situações, maioritariamente no activo, e tem implantação nacional*.

² Lei Orgânica 1/2002, de 22 de Março, reguladora do direito de associação.

³ Projecto de Lei Orgânica de Direitos e Deveres dos membros das FA, apresentado em 23 de Julho de 2010, ao Congresso de Deputados.



Grécia

Representação na EUROMIL: ETAL (Mutual Support Association), fundada em 1996, passa a integrar a EUROMIL em 2004 como membro efectivo, conta actualmente com 450 sócios, é uma associação de Oficiais Reformados; NA.E.A.E.D. (Independent Association of Retired Armed Forces), fundada em 2010, tem estatuto de observador na EUROMIL desde 2011 e conta com cerca de 300 sócios.

Itália⁴

Embora na década de setenta tenha havido tentativas de instituir sindicatos militares, estes nunca chegaram a vingar, sendo vedada a constituição de associações de cariz sindical (Aranha: 1990: A-5). Embora a lei proíba a filiação de militares em sindicatos ou associações profissionais, podem ser criadas associações para protecção de interesses sociais, mediante autorização do Ministério da Defesa; é autorizada uma representação de militares, em vários níveis, para debater questões salariais, de defesa jurídica e de segurança social (Vaz, 2002: 213);

Representação na EUROMIL: A.Mi.D. (Associazione per i Militari Democratici), fundada em 2000, passa a integrar a EUROMIL em 2001 como membro efectivo, conta actualmente com 311 sócios, é uma associação de militares; ASSODIPRO, A.S.D.P. (Associazione Solidarietà Diritto e Progresso), fundada em 1992, passa a integrar a EUROMIL em 1998 como membro efectivo, conta actualmente com 715 sócios, é uma associação de militares;

⁴ Existem mais duas associações: PASTRENGO, fundada em 1999, passa a integrar a EUROMIL em 2009 como observador, conta actualmente com 100 sócios, é uma associação de Carabinieri; UNARMA, fundada em 1993, passa a integrar a EUROMIL em 1999 como membro efectivo, conta actualmente com 300 sócios, é uma associação de Carabinieri.



Apêndice 3 – Profissão Militar

Para melhor compreendermos a dimensão desta problemática no seio da organização militar, socorremo-nos de um conceito amplamente citado na literatura da sociologia das profissões, apresentado por Wilensky em 1964, onde define profissão “*como uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de actividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público que os seus serviços são os únicos aceitáveis*” (Rodrigues, 2002: 20). De facto de uma forma fria, esta definição encaixa-se na IM, pois as FA, de acordo com a lei¹, são as únicas detentoras da responsabilidade e competência para executar a defesa militar do Estado.

O conceito embora pareça simples na sua definição, não o é quando aplicado à IM. Actualmente, ainda há quem questione se a carreira das armas se pode considerar uma mera profissão. A noção de profissão está associada a uma ideia de carreira, onde é necessária uma formação e para a qual o sujeito tem direito a uma remuneração. Mas para se compreender o fenómeno da profissão militar é necessário ir mais fundo e a descrição atrás referida não contempla as especificidades da organização.

A questão da profissão militar não é nova, e muito se tem escrito e debatido acerca deste assunto. No século passado houve um conjunto de sociólogos que abordaram este tema com alguma especialização. Max Weber, Morris Janowitz, Samuel Huntington e Charles Moskos são aqueles que mais marcas deixaram no estudo da profissão militar, pelo que vamos sintetizar algumas das suas teorias.

Max Weber defende que a profissão está ligada à cultura protestante e à implantação do capitalismo nas sociedades ocidentais, referindo que a ela está implícito o acto de servir e cumprir uma missão em nome de uma causa (Vieira, 2002: 21). Na verdade foi nos países do norte da Europa onde este conceito teve maior aplicação, como nos refere Vieira “*o processo de desenvolvimento da profissão militar evidenciou-se, precisamente, nos países onde predominava a ética do puritanismo protestante que realça os princípios do dever, disciplina, auto-sacrifício e persistência, isto é, Holanda, Inglaterra e Prússia, o cenário em que, no século XIX, se definia a vida militar como profissão nas características modernas fundamentais*” (2002: 21). De facto é importante realçar que foi na Holanda que apareceu a primeira associação

¹ N°1 do Artº 275º da CRP, “às FA incumbe a defesa militar da República” (2005); N°1 do Artº 22º da LDN, “as FA são a instituição nacional incumbida de assegurar a defesa militar da República” (2009).



profissional de militares em 1897, como já foi referido, não sendo de descartar a ligação do processo de desenvolvimento da profissão militar e o aparecimento da defesa dos interesses socioprofissionais.

Janowitz no seu estudo² ao falar sobre as transformações militares descreve a existência de três tipos de profissionais ao nível da liderança: o gestor, o herói e o técnico, este último associado às inovações tecnológicas no seio das FA (1971: 21). Adiantando que embora o «líder heróico» é aquele que melhor traduz os valores tradicionais da família castrense, onde se destaca a bravura e a coragem, a seguir à segunda Grande Guerra este modelo começou a perder terreno para o «líder gestor», mais racional e pragmático, que procura a obtenção de resultados de uma forma mais eficiente. Esta tendência como refere Rodrigues dos Santos “*induz uma progressiva burocratização e civilianização dos Exércitos*” (2006: 10).

Para Huntington a profissão militar é caracterizada pela especialização, espírito corporativo e responsabilidade, características que considera essenciais numa profissão (1981: 8), referindo que “*the vocation of officership meets the principal criteria of professionalism*” (1981: 11), ou seja a vocação é que define o profissionalismo, no entanto, apenas os militares que se encontram ao nível de direcção podem ser considerados profissionais³. Na realidade o sociólogo advoga que só o corpo de oficiais pode ser considerado uma profissão, defendendo um profissionalismo de cariz institucional. Para Belchior Vieira, a visão de Huntington de carreira castrense, incorpora um compromisso profissional baseado numa ética militar, assente em valores e atitudes caracterizada como “*realista e conservadora*” (2002: 22).

Os próprios modelos em que assentavam as FA também sofreram mudanças. Charles Moskos na década de setenta efectuou um estudo, aprofundado nos anos oitenta, onde identifica duas formas de perspectivar a IM: o modelo institucional ou divergente, que se baseia nos valores tradicionais, como a honra, a lealdade, a integridade, o dever, e que é visto como uma vocação, um serviço à pátria, despedado dos valores materiais; e o modelo ocupacional ou convergente, em que a motivação é essencialmente de ordem material em sintonia com o mercado da sociedade civil. A partir desses dois modelos basilares, Moskos, sugere também a existência de modelos plurais, em que numa IM podem aparecer em simultâneo, modelos institucionais e modelos ocupacionais, cada um associado a uma parte da instituição ou seja, esta

² Este estudo efectuado em 1957, reporta-se exclusivamente à classe de Oficiais Gerais nos EUA.

³ Huntington efectua o seu estudo apenas à categoria de Oficiais, deixando de fora Sargentos e Praças.



apresenta-se estratificada, e dá exemplos: unidades de combate, forças especiais, associadas ao modelo divergente; especialidades técnicas e administrativas, entre outras, mais associadas aos modelos convergentes (Carreiras, 1997: 56, 57).

Além do que foi referido é importante salientar que os militares no cumprimento da sua missão podem ter que sacrificar a própria vida, dando-lhes uma especificidade única de qualquer outra profissão, pelo que é importante realçar a diferença existente entre a profissão das armas e aquelas desempenhadas por civis.

Além das introduções de índole conceptual que foram apresentadas, o fenómeno do profissionalismo está intimamente ligado ao fim da conscrição. Na realidade o serviço militar obrigatório dava às FA uma dimensão de dever de todos para com a pátria, e com o seu término, passando para uma modalidade de voluntariado, ou seja por pura opção, o ingresso nas fileiras militares passa a ser visto como uma opção de emprego. Com esta opção estão lançadas as sementes do profissionalismo na IM. Esta evolução tem início nos anos sessenta nos países de cultura anglo-saxónica, chegando a Portugal em 1999 com a desconstitucionalização da obrigatoriedade do serviço militar que pôs fim ao SEN em 2004.

Mas a função militar, embora se tenha aproximado das normas das profissões civis e adoptado modelos de mercado, *“as regras e os regulamentos que governam a IM diferem em muito dos que governam as actividades civis, pois cobrem em simultâneo o domínio profissional e a vida privada dos seus membros...com o fundamento que está a seu cargo uma função vital: a protecção das sociedades, dos seus territórios e das suas formas de vida”* (Vaz, 2001: 57). Esta leitura numas tropas profissionais *“acarreta acréscimo de reivindicações com implicações financeiras em diversos domínios (salários, incentivos, especialização, direitos cívicos, protecção na doença, em casos extremos acção sindical), capazes de favorecer comportamentos corporativos de resistência ao controlo exterior da instituição”* (Vaz, 2001: 69), diminuindo o controlo efectivo por parte das autoridades políticas e provavelmente aumentando os gastos do Estado para manter umas tropas completamente profissionais.

Maria Carrilho adverte também para a crescente importância da vertente técnica e administrativa-organizativa nas FA em detrimento da componente heróica tradicional do combatente, chamando a atenção para o fenómeno do profissionalismo, que obriga o militar a acompanhar as grandes transformações nas mentalidades, nos valores e nos comportamentos que se produzem na sociedade civil, aproximando a IM a outras



organizações da sociedade, dando corpo ao modelo ocupacional defendido por Charles Moskos (1994: 129). Carrilho também alerta para o facto de as FA não serem “*uma instituição imutável e isolada, e que os militares são indivíduos com referências sociais para além dos limites dos quartéis e que também são atingidos pelos mesmos vastos fenómenos presentes na sociedade envolvente*” (1994: 130). Ou seja os militares não estão isolados da sociedade civil e sofrem, como ela, todas as alterações provocadas pela normal evolução dos acontecimentos.

Semelhante leitura faz Saudade Baltazar, ao afirmar que a evolução do profissionalismo militar faz com que os seus principais traços analíticos sejam semelhantes aos existentes nas profissões civis, adiantando que existe um potencial conflito entre as normas auto-impostas pelos militares mais conservadores “*e a orientação da gestão do moderno Estado-Nação, que é tecnológica, científica e revolucionária...a tendência do profissional militar a intervir na política e na orientação das normas, é consequência das suas funções e orientações corporativas e administrativas*” (2005: 57, 59). Mais uma vez está vincada a tendência administrativa que se tem vivido no seio da IM em detrimento da vertente operacional.

Blanco de Moraes refere que “*o vínculo laboral que se estabelece entre militares e a Administração constitui uma relação de emprego público, com as devidas adaptações...*”, alertando para que a substituição da conscrição pelo voluntariado não seja entendida como uma «mercenarização» das FA, devendo ser acompanhada de um processo de «civilização» e democratização da função militar (2000: 515).

Em sùmula todo este processo de profissionalização incorpora na vida militar padrões de exercício de direitos e comportamentos que são típicos da sociedade civil, tendendo a levar o militar, que está apenas um tempo limitado nas fileiras (contratados), a encarar a sua profissão como uma simples relação de trabalho, com todos os benefícios e prejuízos inerentes a essa situação. Quanto aos militares dos quadros permanentes essa situação não se punha, pois eles sempre foram encarados pela sociedade como militares profissionais.



Apêndice 4 – As Associações Profissionais de Militares em Portugal

Associação de Militares na Reserva e na Reforma (ASMIR)¹

De acordo com a sua origem, a primeira APM a ser criada foi a ASMIR em 1987, englobando militares da reserva e reforma, de todas as categorias e postos, dos três Ramos das FA e da Guarda Nacional Republicana (GNR), com a finalidade de, entre outras, representar e defender os associados e seus familiares, pugnar pelos seus direitos e interesses socioeconómicos, desde que ligados à condição militar, bem como contribuir para a dignificação e prestígio da IM. Já fez parte da EUROMIL, o que não acontece actualmente, e tem cerca de quatro mil sócios.

Associação Nacional de Sargentos (ANS)²

Em 1989 é a vez de a ANS dar os primeiros passos, representando os sargentos das FA, sob o lema de «cidadãos em uniforme» e enquadrada pelo ideal socioprofissional, visando a defesa dos interesses dos sargentos, nomeadamente o direito a uma total cidadania restringida apenas ao mínimo indispensável, bem como contribuir para a dignificação dos militares em geral. A ANS é membro efectivo da EUROMIL e conta presentemente com cerca de três mil e quinhentos sargentos (Coelho, 2010).

Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA)³

A AOFA foi criada em 1992, abrindo portas a todos os oficiais das FA, independentemente da sua situação de serviço (activo, reserva ou reforma) e pautando a sua conduta pela defesa dos interesses socioprofissionais, deontológicos e assistenciais dos seus associados, bem como contribuir para a dignificação do oficial das FA e dos militares na sociedade. Pertence também à EUROMIL e conta com mil e quinhentos associados, dos quais cinquenta e um são oficiais gerais, incluindo três ex-CEME (Franco, 2010).

¹ ASMIR [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.asmir.pt/>>.

² ANS [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.ans.pt/>>.

³ AOFA [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.aofa.pt/>>.



Associação Nacional de Contratados do Exército (ANCE)⁴

A ANCE foi criada em 1997, com a finalidade de apoiar a reinserção social dos militares que terminavam o seu tempo de serviço no Exército, em regime de contrato ou voluntário. Constitui-se como uma importante ponte entre a IM e a sociedade civil, pois os seus membros estão ou virão a estar integrados no mercado de trabalho. Têm colaborado para a dignificação e prestígio das FA através do apoio dado aos militares que passam à disponibilidade e pelo contributo prestado ao MDN na criação do Centro de Informação e Orientação para a Formação e Emprego. Conta actualmente com cerca de mil e duzentos sócios (Soares, 2010).

Associação de Praças (AP)⁵

Em 2000 aparece a Associação de Praças da Armada, defendendo inicialmente os interesses socioprofissionais das praças da Marinha, mas em 2009 é aprovada uma alteração estatutária onde se modifica a denominação para Associação de Praças (AP), englobando todos os elementos pertencentes à categoria de praças dos três Ramos das FA. Pertence também à EUROMIL e conta com cerca de mil e seiscentas praças nas suas fileiras.

⁴ ANCE [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.ance.pt/>>.

⁵ AP [em linha] [Referência de 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em:<<http://www.apracas.pt/>>.



Apêndice 5 – Conclusões de estudos sobre a temática

O Sindicalismo nas FA: Perspectivas em Portugal

Gonçalves Aranha, 1990

Com este estudo pretendeu-se responder se o sindicalismo militar se poderia afirmar em Portugal, num futuro próximo, como tinha acontecido nalguns países da Europa Ocidental? As conclusões foram as seguintes: *“em diversos países a sindicalização não constitui um problema; se há convergência nos valores fundamentais da democracia, há também formas diferentes de os assumir, tempos e modos próprios de os vivenciar; a convergência entre os valores fundamentais das FA e os interesses dos seus membros, tem de ser encontrada em momento próprio, expressando sempre a vontade da Nação; reconhece-se que o sindicalismo poderá não ser a resposta mais adequada aos interesses pessoais e profissionais dos militares dos três Ramos”* (12.1).

Termina o seu trabalho com as seguinte frase, *“Se no futuro, o sindicalismo nas FAP acontecer, poderá ser: menos por vontade dos militares; mais por vontade dos políticos; por eventuais erros praticados pelo governo e hierarquia militar.*

Análise da Tendência Institucional - Ocupacional dos Oficiais do Exército Português

Fernando de Sousa, 1993

Foi publicada uma dissertação subjacente ao tema com a finalidade de analisar a forma como se distribuíam os oficiais do Exército português, relativamente às variáveis constantes no modelo Institucional/Ocupacional (I/O), de Moskos (1988). Concluindo que *“o perfil médio do oficial do exército português parece assim caracterizar-se pela existência de um sentimento de forte pertença á organização (mais talvez por aquilo que ela representa do que por aquilo que ela é no momento), acentuado sentimento de dever, vontade de obter conhecimentos profissionais, respeito pela ética profissional e pela pessoa humana, e pouco confiante no sistema de remuneração e de benefícios sociais. Não possui, no entanto, um perfil característico do profissional liberal, face à dependência que demonstra em relação à hierarquia e aos regulamentos, e pela fraca importância que atribui à iniciativa”* (114).



O Associativismo nas FA e a sua relação com o Poder Político e com a Hierarquia Militar

Pedro Salgado, 2003

Foi abordado o tema tentando averiguar de que modos podiam, as associações de militares, exercer as suas competências, quer junto do Poder Político, quer no que concerne às chefias militares? Verificou que: existe uma subordinação militar ao poder político; o chefe é o representante máximo dos militares, no entanto este não é fruto da vontade da corporação; há uma perda da capacidade de influência dos chefes militares perante o poder político; o reforço do associativismo é uma forma de complementar a acção de comando; as associações podem pressionar o poder político em benefício da IM (52); a abertura de diálogo entre as associações e as chefias militares é aconselhável; as associações não vão afectar a coesão existente nas FA; as associações tem a vantagem de utilizar a comunicação social para esclarecer a opinião pública e pressionar o poder político (53).

Dinâmicas do Associativismo Militar em Portugal

César Mexia, 2009

Foi desenvolvida uma dissertação sobre, tentando compreender como eram as Associações socioprofissionais dos militares percebidas pelos seus sócios e que imagem projecta para no exterior? As conclusões foram as seguintes: o associativismo em Portugal constitui-se uma questão *“parcialmente votada ao ostracismo, o que não contribui para o seu desenvolvimento, nem para a defesa dos interesses dos militares; o tema não gera consensos entre os militares”* (129); *“a incapacidade das chefias exercerem o dever de tutela, leva a que as APM sejam um mecanismo de defesa profissional dos militares; sócios e não sócios, na sua maioria, consideram a actividade das APM positiva; os militares portugueses, embora vejam com agrado os modelos existentes no Norte da Europa, não querem que em Portugal os chefes sejam destituídos do seu dever de tutela; o conceito de “cidadão em uniforme”, não é familiar aos portugueses; existe uma receptividade com as APM à medida que se avança na idade, na carreira e no tempo de serviço nas fileiras”* (130); o tema deve ser desenvolvido e discutido, *“revelando as suas potencialidades e limitações, para que se torne uma vantagem para os militares e para as FA”* (131).



Apêndice 6 – Restrições legais à prática do APM

Lei nº3/2001 (Lei do direito de associação profissional dos militares)

Além das restrições ao exercício de direitos exposta no seu Artº 3º, refere, no seu Artº 1º, que os militares do quadro permanente (QP), em efectividade de serviço só podem integrar e constituir associações agrupadas por categorias (oficiais, sargentos e praças), limitando liminarmente a livre associação, de acordo com as suas preferências, como acontecem em muitos países da Europa;

Decreto-Lei nº 295/2007 (Estatuto dos dirigentes associativos das APM das FA)

O DL é mais expressivo no que toca ao exercício dos dirigentes associativos, logo no preâmbulo, adverte constantemente os militares a regularem o seu comportamento pelas regras ditadas na lei, dando a entender o carácter arriscado e perigoso da actividade. No seu Artº 3, princípios gerais, volta a afirmar as normas que regem esta prática, discriminando as leis que a regulam. Mas o importante a retirar desta norma é o que está descrito no seu Artº 4, «incompatibilidades», impedindo qualquer dirigente de uma APM de exercer um conjunto de cargos ou funções, que vão desde a chefia máxima das FA e dos Ramos, até aos presidentes dos conselhos de classes, das armas e serviços, de especialidades ou grupos de especialidades, impedindo qualquer oficial general de três estrelas de ser dirigente numa APM, sendo claramente uma limitação legal ao desempenho da actividade;

Lei nº31-A/2009 (Lei de Defesa Nacional)

A lei descreve as restrições a alguns direitos fundamentais aos militares, nomeadamente, expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e a capacidade eleitoral passiva, inerentes à própria condição militar, onde se enquadram os dirigentes;



Lei nº11/89 (Bases gerais do estatuto da condição militar)

As bases gerais do estatuto da condição militar¹, além de definir os princípios orientadores das carreiras dos militares, estabelece as bases gerais a que obedece o exercício dos seus direitos e o cumprimento dos deveres, dando uma caracterização legal à «condição militar», balizando o comportamento dos militares e restringindo a actividade dos seus dirigentes associativos;

Lei Orgânica nº2/2009 (Regulamento de Disciplina Militar)

O RDM “*garante a observância dos valores militares fundamentais², no respeito dos princípios éticos da virtude e da honra inerentes à condição militar*” (2009). Rui Baleizão também refere que “*os deveres militares diferenciam-se, ainda, dos deveres impostos a outros funcionários, porque aqueles são quase sempre de natureza pessoal e estes são, normalmente de natureza funcional*” (2009), limitando a prática do dirigente associativo à sua condição militar;

¹ Lei nº11/89 de 01 de Junho.

² Valores militares fundamentais: missão, hierarquia, coesão, disciplina, segurança e obediência aos órgãos de soberania competentes nos termos da constituição e da lei (Artº 1º do RDM/2009).



Apêndice 7 – Quadro Resumo - Interesses Militares vs Valores da Instituição

Interesses dos Militares¹ (cidadão-funcionário)	Valores Militares² (cidadão-militar)
Benefícios pessoais	Abnegação
Salários/Remunerações	Vocação
Condições de trabalho	Missão
Compensações materiais (desempenho)	Hierarquia
Segurança social	Segurança
Assistência	Disciplina
Coberturas de risco	Obediência
Carreiras	Lealdade
Formação	Honestidade
Cobertura familiar	Honra
Dedicação ao serviço	Coragem
Camaradagem/Solidariedade	Camaradagem/Solidariedade
Total cidadania	Patriotismo

¹ Assumimos aqui o conceito defendido pelo modelo «ocupacional», levado ao extremo, através da reivindicação de interesses sociais e profissionais, para melhor tentar explorar as diferenças.

² Princípios morais e éticos defendidos pela IM.



Apêndice 8 – Inquérito de Percepção

1. Idade	Percentagem	Respostas
– Entre os 18 e 35 anos	39.6	93
– Entre os 36 e 45 anos	40.4	95
– Entre os 46 e 55 anos	11.5	27
– Mais de 56 anos	8.5	20
	Total de respostas	235
2. Sexo	Percentagem	Respostas
– Masculino	65.1	153
– Feminino	34.9	82
	Total de respostas	235
3. Habilitações académicas	Percentagem	Respostas
– Ensino básico	0.4	1
– Ensino secundário	13.2	31
– Ensino superior	59.6	140
– Pós-graduado/Mestrado	23.8	56
– Doutoramento	3.0	7
	Total de respostas	235
4. Profissão		
(…) As profissões dos inquiridos civis são bastante heterogéneas, no entanto, é de salientar, que na amostragem dos militares verifica-se uma quase exclusividade de Oficiais Superiores e alguns Oficiais Gerais dos três Ramos das FA e da GNR.		
5. Indique se é militar ou civil	Percentagem	Respostas
– Militar	45.5	107
– Civil	54.5	128
	Total de respostas	235
6. Considera as associações socioprofissionais importantes na defesa dos interesses socioprofissionais dos funcionários/colaboradores/subordinados?	Percentagem	Respostas
– Sim	67.9	159
– Não	9.8	23
– Talvez	22.2	52
	Total de respostas	234



7. Considera as associações socioprofissionais importantes para a divulgação da imagem das instituições profissionais? – Sim – Não – Talvez	Percentagem	Respostas
	64.7	150
	15.9	37
	19.4	45
	Total de respostas	232
8. Considera que as associações socioprofissionais prejudicam a imagem das instituições profissionais? – Sim – Não – Talvez	Percentagem	Respostas
	11.3	26
	54.5	126
	34.2	79
	Total de respostas	231
9. Considera que as diversas associações socioprofissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR)*: – Credibilizam a imagem da GNR (como instituição) – Credibilizam a imagem dos militares da guarda – Credibilizam a imagem da GNR e dos militares da guarda – Prejudicam a imagem da GNR – Prejudicam a imagem dos militares da guarda – Prejudicam a imagem da GNR e dos militares da guarda – Não concordo com nenhuma das opções	Percentagem	Respostas
	13.6	38
	14.0	39
	22.9	64
	9.0	25
	5.0	14
	14.0	39
	21.5	60
10. Considera que as diversas associações socioprofissionais e sindicatos da Polícia de Segurança Pública (PSP)*: – Credibilizam a imagem da PSP (como instituição) – Credibilizam a imagem dos agentes da polícia – Credibilizam a imagem da PSP e dos agentes da polícia – Prejudicam imagem da PSP – Prejudicam imagem dos agentes da polícia – Prejudicam imagem da PSP e dos agentes da polícia	Percentagem	Respostas
	12.2	34
	16.1	45
	21.5	60
	11.1	31
	5.0	14
	15.1	42



– Não concordo com nenhuma das opções	19.0	53
11. Considera que a associação sindical dos juizes (ASJP)*:	Percentagem	Respostas
– Credibiliza a imagem da justiça	8.3	23
– Credibiliza a imagem dos juizes	14.5	40
– Credibiliza a imagem da justiça e dos juizes	18.1	50
– Prejudica a imagem da justiça	12.7	35
– Prejudica a imagem dos juizes	7.2	20
– Prejudica a imagem da justiça e dos juizes	18.8	52
– Não concordo com nenhuma das opções	20.3	56
12. Considera que o sindicato dos magistrados do Ministério Público (SMMP)*:	Percentagem	Respostas
– Credibiliza a imagem do Ministério Público (MP)	7.0	19
– Credibiliza a imagem dos magistrados	14.3	39
– Credibiliza a imagem do MP e dos magistrados	18.0	49
– Prejudica a imagem do MP	11.0	30
– Prejudica a imagem dos magistrados	7.0	19
– Prejudica a imagem do MP e dos magistrados	16.5	45
– Não concordo com nenhuma das opções	26.1	71
13. Considera que as associações profissionais de militares (APM)*:	Percentagem	Respostas
– Credibilizam a imagem das Forças Armadas (FA)	12.9	36
– Credibilizam a imagem dos militares	15.4	43
– Credibilizam a imagem das FA e dos militares	25.1	70
– Prejudicam a imagem das FA	8.2	23
– Prejudicam a imagem dos militares	4.3	12
– Prejudicam a imagem das FA e dos militares	12.5	35
– Não concordo com nenhuma das opções	21.5	60
14. Considera que as associações socioprofissionais, as associações sindicais e os sindicatos são:	Percentagem	Respostas
– Iguais	16.8	39
– Diferentes	72.0	167
– Não sei	11.2	26
	Total de respostas	232

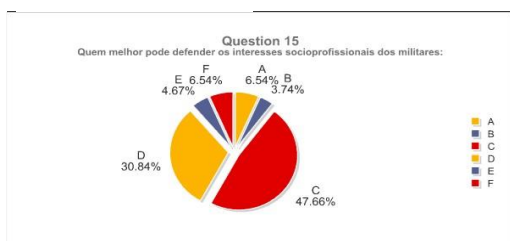


15. Quem melhor pode defender os interesses socioprofissionais dos militares**:	Percentagem	Respostas
– Presidente da República (A)	4.7	11
– Ministro da Defesa Nacional (B)	7.2	17
– Chefias Militares (C)	35.3	83
– Associações socioprofissionais (D)	37.9	89
– Sindicatos (E)	8.9	21
– Outros (F)	6.0	14
	Total de respostas	235

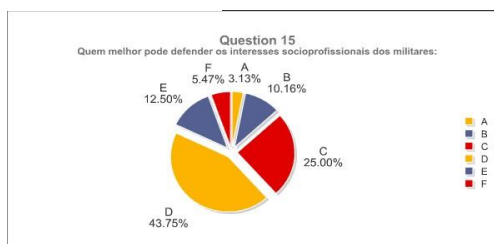
16. Quem melhor pode defender os interesses da Instituição Militar**:	Percentagem	Respostas
– Presidente da República (A)	10.2	24
– Ministro da Defesa Nacional (B)	22.6	53
– Chefias Militares (C)	45.5	107
– Associações socioprofissionais (D)	14.0	33
– Sindicatos (E)	3.0	7
– Outros (F)	4.7	11
	Total de respostas	235

Questão nº15**

Só militares

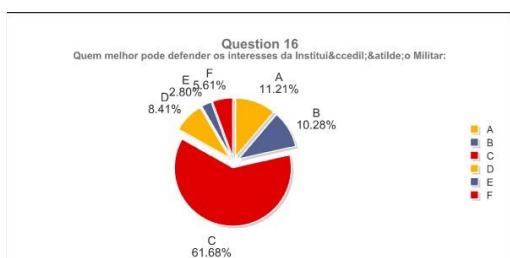


Só civis

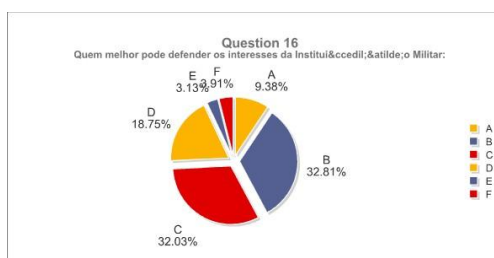


Questão nº16**

Só militares



Só civis



* Os inquiridos podiam escolher mais do que uma opção nas questões nº9, nº10, nº11, nº12 e nº13.

** As opções A, B, C, D, E e F estão de acordo com a ordem ascendente das instituições e órgãos apresentados nas questões nº15 e nº16.